



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

VINÍCIUS RAFAEL LOPES

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL EM DEBATE: desafios e perspectivas à sua materialização

SOUSA-PB
2018

VINÍCIUS RAFAEL LOPES

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL EM DEBATE: desafios e perspectivas à sua materialização

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação de curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Palloma Maria Gomes Jácome.

SOUSA-PB
2018

L864p Lopes, Vinícius Rafael.

O projeto ético-político do serviço social em debate: desafios e perspectivas a sua materialização. / Vinícius Rafael Lopes. Sousa, 2018.

94 f.

Monografia (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 2018.

Orientadora: Profa. Palloma Maria Gomes Jácome.

1. Projeto ético-político do serviço social. 2. Constituição e materialização. 3. Perspectivas e desafios contemporâneos. 4. Assistência Social. 5. Hegemonia e Heterogeneidade. I. Jácome, Palloma Maria Gomes. II. Título.

CDU: 36(043.1)

VINÍCIUS RAFAEL LOPES

O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL EM DEBATE: desafios e perspectivas à sua materialização

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação de curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

APROVADO EM ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Palloma Maria Gomes Jácome (UFCG)
Orientadora

Prof^a. Ma. Gláucia Maria de Oliveira Carvalho (UFCG)
Examinadora Interna

Prof^a. Ma. Mayéwe Eliênia Alves dos Santos (FAFIC)
Examinadora Externa

*“Nem olhos viram, nem ouvidos ouviram, nem jamais penetrou em
coração humano o que Deus tem preparado para aqueles que o
amam”.*

I Coríntios 2-9

AGRADECIMENTOS

Ao final de um trabalho dessa natureza, muitas lembranças e pessoas passam como um *flashback* em nossa memória. É a materialização de um sonho; é a sensação de dever cumprido. Não poderia, assim, deixar de agradecer às muitas pessoas especiais que compõem a trama de minha vida. Seguem algumas delas:

Paradoxalmente, mesmo envolvidas num contexto acadêmico em que, por vezes, ciência e espiritualidade parecerem diametralmente opostas, dedico tudo ao meu Deus, digno de honra, glória e louvor, pela sua presença em minha vida, me reanimando quando as forças parecem sucumbir; renovando suas promessas quando a fé parece desvanecer. Se não for para te adorar, minha existência é inócua. d'Ele, por Ele e para Ele são todas as coisas!

Aos meus pais, Janilene e Júnior, pessoas tão simples, mas que, desde muito cedo não mediram esforços para lutar pela minha vida e pelo meu bem-estar. Posso não ser muito efusivo em demonstrar meu amor por vocês, mas só Deus é capaz de mensurar. Tributo essa vitória a vocês!

Aos meus irmãos Sabrina e meu pequeno Samuel, dádivas do céu.

À minha querida orientadora, Palloma Jácome, pela parceria firmada desde o quarto período de graduação, seguida na supervisão acadêmica de estágio e, por fim, até o presente momento. Obrigado por ser essa pessoa tão doce, tão humana e que resplandece a luz de Cristo!

À estimada professora, Cibelly Michalane, que, mais do que uma professora, se mostrou uma mãe, me livrando da “orfandade” acadêmica. Tenho um profundo carinho e respeito por ti, desde a primeira aula que ministrou, um sentimento maternal foi aflorado. Louvo a Deus por sua existência e por tê-la conhecido.

Às professoras Gláucia Carvalho e Mayéwe Alves, por terem aceitado fazer parte da banca, contribuindo consideravelmente com minha formação. À Gláucia, em especial, pois minha gratidão não se restringe a esse momento, mas a todos os quais tivemos a oportunidade de estarmos juntos. Você é um exemplo de docente e de pessoa a ser seguido. Quem dera tivéssemos mais pessoas na sua estirpe!

Ao corpo docente de Serviço Social da UFCG, pelo carinho e por serem profissionais tão esmerados/as.

Às minhas amigas/colegas de sala, em especial a: Ana Paula, pela sua devoção as “coisas do céu”; a Anúsia, conterrânea e companheira de sempre; Cosma, obrigado pela parceria e por todo carinho a mim demonstrado; Dayane, pelas brincadeiras e pela alegria diária; Fátima Calado, pelo coração generoso; Fabrícia, você é um exemplo de garra e determinação! Fernanda Duarte, pelo seu jeito manso e retraído; Fernanda Soares, pela ternura e pela sabedoria; Janielly, grato por sua amizade, principalmente, pelas partilhas que acabavam aumentando a minha fé; e Márcia, o que dizer dessa figura? Obrigado pelo seu jeito leve, amigo, descontraído e dramático! É bem verdade que amigas/os são coisas para se guardar do lado esquerdo do peito!

Um agradecimento especial à querida Daniele, pela sua disponibilidade, por sempre ter-me “socorrido” quando a solicitei.

Aos meus amados/as irmãos/ãs em Cristo da Igreja Missão Evangélica Pentecostal do Brasil, pelas orações e pelas palavras de ânimo. Cada um/a de vocês, ao seu modo, ocupam um lugar especial em meu coração.

À Anna Karla Nogueira e Virgínia Alves, supervisoras de campo de estágio, pela solicitude e por terem propiciado uma relação estreita com o cotidiano de trabalho profissional, num momento crucial à minha formação.

A toda equipe do CRAS Vitória Antunes de Andrade, pela acolhida e por facilitar minha inserção e permanência no campo de estágio.

Enfim, aos que, direta e/ou indiretamente contribuíram para que esse sonho se tornasse vivo e vivido.

Muito obrigado!

RESUMO

O presente trabalho versa sobre o projeto ético-político do Serviço Social e os principais desafios postos à sua materialização. A proposta de estudo é fruto das discussões suscitadas pelas disciplinas dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social, bem como pela inserção no estágio supervisionado no âmbito da política de Assistência Social, o que corroborou com o interesse pela temática ora proposta. Para tanto, resgatamos a constituição sócio-histórica deste, já que o mesmo foi gestado a partir das transformações societárias engendradas pelas particularidades econômicas, políticas, sociais e culturais da realidade brasileira. Tais transformações desembocaram na necessidade de renovação do Serviço Social, haja vista esta profissão ser requisitada pelo Estado para dar respostas às expressões da questão social. É pertinente analisarmos que o referido projeto possui, indiscutivelmente, um compromisso com a construção de uma nova ordem societária, ou seja, uma ordem para além da sociedade capitalista. Na perspectiva de darmos conta das discussões propostas, o estudo em pauta se deu a partir de pesquisa qualitativa de caráter exploratório, cujos sujeitos foram três assistentes sociais que atuam na política de Assistência Social do município de Santa Cruz/PB, objetivando apreender e problematizar como estas compreendem o projeto profissional e como tal projeto se materializa no cotidiano do exercício profissional. A coleta de dados se deu por meio de entrevista de caráter semiestruturado. O método utilizado foi o crítico-dialético, entendendo que o mesmo nos oportuniza maior solidez e respaldo teórico para o desvendamento do real em suas múltiplas determinações, transcendendo os seus aspectos fenomênicos. O resultado da pesquisa foi revelador de que há uma relativa compreensão do projeto profissional do Serviço Social, bem como a presença de elementos que evidenciam a concepção equivocada do referido projeto, como se o mesmo se apresentasse de forma tangível. Ademais, identificamos que o cenário contemporâneo é imbuído de desafios à materialização de tal projeto.

PALAVRAS-CHAVES: Projeto ético-político. Serviço Social. Exercício profissional.

ABSTRACT

This paper deals with the ethical-political project of Social Service and the main challenges posed to its materialization. The study proposal is the result of the discussions raised by the disciplines of the historical and theoretical-methodological foundations of Social Work, as well as personal inquiries about what is and how this project materializes in the daily work of professionals. To do so, we rescued the socio-historical constitution of this, since it was generated from the societal transformations engendered by the economic, political, social and cultural particularities of the Brazilian reality. Such transformations led to the need for renewal of Social Work, since this profession is required by the State to respond to the expressions of the social question. It is pertinent to analyze that the said project has, undoubtedly, a commitment to the construction of a new corporate order, that is, an order beyond capitalist society. From the perspective of the proposed discussions, the study was based on qualitative exploratory research, whose subjects were three social assistants who work in the Social Assistance of the municipality of Santa Cruz/PB, aiming at apprehending and problematizing how they understand the professional project and how this project materializes in the daily practice of the professional. Data collection was done through a semi-structured questionnaire. The method used was the critic-dialectic, understanding that it gives us greater solidity and theoretical support for the unraveling of the real in its multiple determinations, transcending its phenomenal aspects. The result of the research was revealing that there is a relative understanding of the professional project of the Social Service, as well as the presence of elements that evidence the misconception of said project, as if it were presented in a tangible way. In addition, we identify that the contemporary scenario is imbued with challenges to the materialization of such a project.

KEYWORDS: Ethical-political project. Social service. Professional exercise.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social;

ABESS- Associação Brasileira de Serviço Social;

CBAS- Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais;

CEAS- Centro de Estudos e Ação Social;

CFAS- Conselho Federal de Assistentes Sociais;

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social;

CLT- Consolidação das Leis Trabalhistas;

CRAS- Centro de Referência da Assistência Social;

CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social;

CRESS- Conselho Regional de Serviço Social;

CUT-Central Única dos Trabalhadores;

EAD- Ensino à Distância;

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente;

ENESSO- Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social;

LBA- Liga Brasileira de Assistência;

LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social;

MDS- Ministério do Desenvolvimento Social;

MEC- Ministério de Educação e Cultura;

PAIF- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família;

PEPSS- Projeto ético-político do Serviço Social;

SUAS- Sistema Único de Assistência Social.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: caminhos e descaminhos	14
1.1 A natureza do Serviço Social: da perspectiva endogenista à perspectiva histórico-crítica	14
1.2 O Serviço Social como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho: analisando o seu processo de institucionalização.....	18
1.3 A Intenção de Ruptura do Serviço Social: rompendo com o passado e caminhando para o presente.....	31
2 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL	36
2.1 O legado do Congresso da Virada para o Serviço Social: rebatimentos à profissão.....	36
2.2 A constituição e materialização do projeto ético-político do Serviço Social: perspectivas e desafios contemporâneos	40
3 REFLEXÕES ACERCA DO LÓCUS DE ESTUDO: descortinando os dados ...	58
3.1 Procedimentos metodológicos	58
3.2 Perfil dos sujeitos pesquisados: As profissionais da política de Assistência Social do município de Santa Cruz/PB.....	61
3.3 Concepções acerca do projeto ético-político: entre a hegemonia e a heterogeneidade	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICES	
APÊNDICE A- ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva analisar o processo de compreensão e as estratégias utilizadas à materialização do projeto ético-político do Serviço Social no âmbito da política de Assistência Social do município de Santa Cruz-PB. Ademais, constitui os objetivos específicos: discutir a constituição sócio-histórica do projeto ético-político do Serviço Social; problematizar os principais desafios postos à sua materialização e compreender o que é e como se materializa o referido projeto no cotidiano de trabalho das profissionais entrevistadas.

O referido projeto foi construído como reflexo do processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, no final da década de 1970, em sintonia com as transformações societárias que se processavam no cenário político, econômico e cultural da realidade brasileira.

Nesse sentido, o projeto profissional do Serviço Social representa o horizonte de atuação das/os assistentes sociais, vez que o mesmo é calcado na defesa intransigente dos interesses da classe trabalhadora, bem como valores como a liberdade, a democracia, a ampliação da cidadania e a construção de uma nova ordem societária, na contracorrente do modo de produção capitalista. Tal projeto vem sofrendo sérios ataques no atual contexto societário, em que pese os efeitos nefastos da política neoliberal à classe trabalhadora e os inúmeros desmontes dos direitos sociais.

O interesse pela temática foi suscitado a partir das discussões advindas das disciplinas dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social, momento em que se identificou a necessidade de apreender a natureza do projeto ético-político e de como este é materializado no exercício profissional, haja vista que tal projeto traz em seu mote à crítica radical ao modo de produção capitalista e todas as desigualdades por este engendradas.

Acrescido a isso, o momento de nossa inserção no estágio supervisionado no Centro de Referência da Assistência Social no município de Santa Cruz-PB, reiterou a necessidade de problematizarmos os desafios no âmbito da política de Assistência Social, considerando que a referida política sofre um processo de regressão, pelos aspectos da focalização e da seletividade, balizados pela política neoliberal.

Para a construção do presente trabalho, buscamos uma interlocução com autoras/es expoentes do Serviço Social, a exemplo de Netto (1999), Braz (2009), Guerra (2007), Yamamoto (2013), Cardoso (2013), dentre outras/os teóricos. Suas análises foram imprescindíveis para que este estudo fosse consistente e tivesse bases concretas de sustentação. Vale ressaltar que a proposta inicial era entrevistar quatro profissionais, porém, devido a alguns imprevistos só foi possível entrevistar o quantitativo ora descrito. O arcabouço deste trabalho está organizado da seguinte forma:

No primeiro capítulo realizamos um resgate histórico da emergência do Serviço Social no Brasil, a partir de duas teses: a perspectiva endogenista e histórico-crítica. Cada uma aborda o surgimento da profissão de forma peculiar e apresenta traços distintos de compreensão. Analisamos os determinantes históricos que propiciaram a institucionalização da profissão no Brasil, considerando esta como um tipo de especialização sociotécnica e partícipe do processo de reprodução das relações sociais. Discutimos nesse rol de considerações, sobre o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, tomando como referência o Movimento de Reconceitualização latino-americano e suas inflexões para as vertentes renovadas do Serviço Social, em especial a sua última: a Intenção de Ruptura, a qual ensejou a aproximação profissional com a tradição marxista.

No segundo capítulo, aproximamo-nos com o nosso objeto de estudo, propriamente dito, ou seja, com o projeto ético-político do Serviço Social. Para tanto, foi fundamental recuperarmos algumas considerações sobre o Congresso da Virada, o qual permitiu a construção do referido projeto profissional, bem como buscou romper com o cariz conservador que permeou a profissão em sua gênese. Subsequente, traçamos os aspectos histórico-metodológicos de construção do projeto ético-político, seus desafios e perspectivas à sua materialização.

Concernente ao último capítulo, apresentamos a pesquisa, seus procedimentos metodológicos, o perfil dos sujeitos pesquisados e, por meio desta, buscamos descortinar os dados obtidos. Dessa forma, nos respaldamos em subsídios teóricos que pudessem compreender as falas das entrevistadas, suas concepções e demais elementos implícitos no processo investigativo. Importante destacarmos que a escolha da referida política deu-se, fundamentalmente, como a que mais nos apropriamos no decorrer da formação, principalmente pela inserção no campo de estágio.

Em linhas gerais, esperamos contribuir com o processo de formação profissional, bem como que outros estudos sejam adensados e aprofundados acerca da temática ora proposta, tendo em vista esta configurar-se como um elemento transversal à formação em Serviço Social, sobretudo, pela necessidade de apreender tal projeto em suas múltiplas dimensões, considerando os inúmeros desafios contemporâneos postos à sua efetivação.

1 O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: caminhos e descaminhos

Neste capítulo, será realizado um resgate histórico da emergência do Serviço Social brasileiro, considerando às duas principais vertentes que marcaram a sua gênese: a perspectiva endogenista e a perspectiva histórico-crítica. Tais perspectivas condensam traços distintos do surgimento/natureza da profissão.

Para tanto, abordamos o Serviço Social em sua inserção no mundo do trabalho e em sua dinâmica sóciotécnica, como profissão assalariada e as bases que foram construídas para a sua institucionalização/legitimação. Por fim, discutimos sobre o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, o qual demarcou a ruptura da profissão com os ranços do conservadorismo, sobretudo, a partir de seu último momento: a Intenção de Ruptura.

1.1 A natureza do Serviço Social: da perspectiva endogenista à perspectiva histórico-crítica

O Serviço Social, como profissão que vem ganhando centralidade nas discussões nos últimos tempos, desponta no cenário a partir de uma necessidade social, ou seja, nasce para responder à determinadas requisições. No entanto, sua origem não está imune a interpretações distintas, como é o caso das duas teses que datam de seu processo de surgimento, quais sejam: a perspectiva endogenista e a perspectiva histórico-crítica, como veremos a seguir.

Em sua obra *A natureza do Serviço Social*, Montão (2011) realiza uma retrospectiva historiográfica da profissão a partir das vertentes supracitadas, bem como, estabelece uma interlocução com os/as autores/as que refletem sobre as duas teses.

A perspectiva endogenista: a primeira das teses sustenta a origem do Serviço Social na *evolução, organização e profissionalização das formas “anteriores” de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculada à intervenção na “questão social”* (MONTÃO, 2011, grifos do autor). Segundo o referido autor, a perspectiva endogenista data do surgimento da profissão às primeiras formas de ajuda, encontrando respaldo nas obras de Tomás de Aquino e Vicente de Paula Faleiros.

Aparecem como autores da primeira tese: Herman Kruse, Ezequiel de Ander Egg, Natálio Kisnerman, Boris Alexis Lima, Ana Augusta de Almeida, Balbina Ottoni Vieira, José Lucena Dantas, entre outros. Tais autores, nessa tese, condensam suas reflexões sobre o surgimento do Serviço Social numa análise eminentemente historiográfica, ao conceber a profissão apenas como uma evolução e sistematização da caridade e da filantropia, características estas que cancelaram a profissão em sua origem.

Nas análises de Montão (2011, p.29):

Aqui não se considera o papel que o Serviço Social representa na ordem social. Ele não cumpre, nesta perspectiva, uma função socioeconômica e política dentro desta ordem; sua tarefa só é considerada autonomamente, na prestação de serviços a pessoas, grupos, comunidades particulares [...] não se consegue visualizar, nesta perspectiva, o papel do Serviço Social em relação à instituição empregadora deste profissional e vinculado a uma ordem socioeconômica e política.

Em consonância com tais análises, pode-se argumentar que, na perspectiva endogenista, a profissão não é visualizada a partir de sua inserção na divisão do trabalho, tampouco, como uma profissão que cumpre uma necessidade social, ou seja, que responde às determinações da sociedade capitalista. Ao revés, o Serviço Social é concebido pelas suas práticas de desenvolvimento de pessoas e de comunidade. Isso implica afirmar que, na perspectiva endogenista retoma-se o trato psicologizante das relações sociais, ao compreender o indivíduo fora das determinações macroestruturais.

Segundo Montão (2011, p.28), nessa tese não aparece uma análise do contexto social, econômico e político como determinante do processo de criação desta profissão; apenas, na melhor das hipóteses, situa-se historicamente este fenômeno sem que ele redunde em uma análise exógena, estrutural, do surgimento do Serviço Social. A relação, portanto, do Serviço Social nesta tese com a história e a sociedade é adjetiva, circunstancial e acidental.

Partindo dessas considerações, podemos afirmar que a perspectiva endogenista não situa o Serviço Social na dinâmica do modo de produção capitalista, como uma profissão chamada para intervir nas refrações da “questão

social¹”, tendo, como principal órgão empregador o Estado. Seu surgimento está relacionado às formas anteriores de ajuda e filantropia.

Contrapondo-se a tal perspectiva, Netto (2011, p.73) considera que a profissão do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à racionalização da filantropia”, nem à “organização da caridade”, vincula-se à *dinâmica da ordem monopólica*. Diante dessa argumentação, cumpre-nos analisar que a gênese do Serviço Social está intimamente ligada à fase monopólica² do capitalismo.

Apresentados alguns traços da perspectiva endogenista, evidenciamos que, como o próprio nome sugere, a história do Serviço Social é concebida para dentro de si, ou seja, sem nenhuma vinculação histórica, política, econômica e cultural com a sociabilidade capitalista, sendo, portanto, apenas uma crônica historiográfica de desenvolvimento e racionalização da ajuda. A outra tese, denominada de perspectiva histórico-crítica, apresenta uma interpretação diferenciada da anteriormente mencionada acerca da natureza do Serviço Social.

Nesse sentido, a mesma entende a emergência da profissão como produto das requisições capitalistas e não como uma organização das formas de filantropia e organização da ajuda. Sobre isso, a tese histórico-crítica:

[...] entende o surgimento da profissão do assistente social como um produto da síntese dos projetos político-econômicos que operam no desenvolvimento histórico, onde se reproduz material e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando, no contexto do capitalismo na sua idade monopolista, o Estado toma para si as respostas à “questão social” (MONTÃO, 2011, p. 30).

Destarte, a perspectiva histórico-crítica postula uma interpretação quanto ao surgimento do Serviço Social como derivado da síntese das relações capitalistas em sua fase monopólica, quando, nesse ínterim, o Estado passa a responder às expressões da “questão social”. Aglutina autores/as como: Marilda Iamamoto, Raul

¹ Segundo Iamamoto (2015, p.156) a *questão social* condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando a plenitude de suas expressões e matizes em tempo de capital fetiche.

² A transição do capitalismo concorrencial à idade do monopólio concretizou três fenômenos, quais sejam: o proletariado constituído como *classe para si*, a burguesia operando estrategicamente como agente social conservador e o peso específico das classes e camadas intermediárias (NETTO, 2011, p. 54).

de Carvalho, Manuel Manrique Castro, Vicente de Paula Faleiros, Maria Lúcia Martinelli, José Paulo Netto, entre outros.

Todavia, não é somente a eclosão da “questão social” que explica o surgimento do Serviço Social. Para Netto apud Montão (2011, p.34) a “questão social” apenas dá base para a emergência da profissão quando se transforma em *objeto de intervenção do Estado*, quando surge uma *mediação política entre a “questão social” e o Estado*, mediação esta instrumentalizada pelas políticas sociais cujo executor terminal é o assistente social.

Considerando essa análise, depreendemos que o/a assistente social encontra, na “questão social”, sua base de fundação sócio-histórica e que, através da implementação de políticas sociais, o/a profissional mediatiza à sua atuação profissional.

Retomando a perspectiva histórico-crítica, diferente da primeira tese, esta não postula o surgimento do Serviço Social pelo viés da organização e racionalização da filantropia. Nesse sentido, a referida tese concebe:

[...] aqui a função do Serviço Social é de legitimação da ordem e aumento da acumulação capitalista, tendo, portanto, natureza e funcionalidade *político-econômicas* e não *altruístas* (como nas formas de ajuda)- o que faz com que, nesta perspectiva, a relação Ajuda/Serviço Social seja entendida como uma relação de *ruptura*, fundante na compreensão de diferentes tipos de atores sociais, que, coincidindo, em algumas medidas nos tipos de práticas desenvolvidas em torno da “questão social”, são, na sua natureza e funcionalidade, essencialmente distintos (MONTÃO, 2011, p.44).

Atinente a tais argumentos, a perspectiva histórico-crítica traz em seu bojo uma relação de ruptura com as práticas imanentes à ajuda, à filantropia e a benemerência. Sua natureza é pautada no desvelamento dos fenômenos político-sociais, em que pese à dinâmica do modo de produção capitalista. É inegável, assim, que a tese histórico-crítica é a que mais se aproxima, de modo consistente à emergência do Serviço Social e suas particularidades, como trataremos no decorrer destas análises.

1.2 O Serviço Social como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho: analisando o seu processo de institucionalização

É sabido e amplamente conhecido que o Serviço Social caracteriza-se por ser uma profissão assalariada, inserida na divisão social e técnica do trabalho, como partícipe do processo de reprodução³ das relações sociais. Dessa forma, é imprescindível uma retrospectiva histórica sobre o processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil.

Segundo Iamamoto (2013), para apreender o significado social da prática profissional supõe-se inseri-la no conjunto das condições e relações sociais que lhe atribuem um sentido histórico e nas quais se torna possível e necessária. Para a renomada autora, o Serviço Social afirma-se como um tipo de especialização do trabalho coletivo, ao se constituir em expressão de necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais no ato de produzir e reproduzir seus meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada.

A referida profissão tem, em sua gênese, a relação umbilical com a Igreja Católica e suas primeiras formas de intervenção eram ancoradas em sua Doutrina Social. Nesse sentido, Silva e Silva (2007, p.25) argumenta que, com isso, “procura-se atender ao imperativo da justiça e da caridade em cumprimento da missão política do apostolado social, em face do projeto de cristianização da sociedade”.

É incontestável que as protoformas da profissão procuram responder às determinações da Igreja Católica, visto que, seu significado pautava-se na imagem do Serviço Social como um projeto de evangelização da sociedade brasileira, bem como um instrumento coadjuvante da Igreja e do aparelho estatal.

Nas palavras de Iamamoto (2013, p. 22), “o Serviço Social surge da iniciativa de grupos e frações de classes dominantes, que se expressam através da Igreja, como um dos desdobramentos do movimento do apostolado leigo⁴”. Fica evidenciado a presença da Igreja Católica no que diz respeito ao surgimento e

³ A noção de reprodução não se trata apenas de reprodução material no seu sentido mais amplo, englobando produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Envolve, também, a reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p.72).

⁴ Associações Assistenciais e do militantismo católico constituem as bases organizacionais e humanas mais importantes para a emergência da profissão no Brasil. Entre elas, pode-se citar a Associação das Senhoras Brasileiras, fundada em 1922 no Rio de Janeiro, e a Liga das Senhoras Católicas, criada em 1923, em São Paulo (IAMAMOTO, 2013).

institucionalização da profissão no Brasil, sobretudo, na década de 1930 quando as expressões da “questão social” espraíram-se no quadro conjuntural brasileiro.

É importante demarcarmos que a década de 1930 é um período emblemático para o Brasil, peculiarizado pelo processo de industrialização pesada e a crise no sistema cafeeiro, o que desembocou o aumento expressivo das expressões da “questão social”.

Nessa direção, Yazbek (2009, p. 06) pontua:

As particularidades desse processo no Brasil evidenciam que o Serviço Social se institucionaliza como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e regulação da Questão Social, a partir dos anos 30, quando a intensidade e extensão das suas manifestações no cotidiano da vida social adquirem expressão política.

A década de 1930, marcada pelo governo de Getúlio Vargas⁵, acompanhou a irrupção das expressões da “questão social”, de modo que as mesmas não eram mais enfrentadas como caso de polícia, e sim, como um caso de política. Em outras palavras, para o enfrentamento destas expressões o Estado, para além de sua força coercitiva, requisitou a presença das assistentes sociais, configurando, assim, como a matéria-prima de sua atuação profissional.

Para Silva e Silva (2007, p. 24), a década de 1930 marcou a supremacia da burguesia industrial, no poder do Estado, aliada aos grandes proprietários rurais, ocorrendo, também, o crescimento do proletariado urbano, em face do desenvolvimento do modelo urbano-industrial e da capitalização da agricultura, com a conseqüente liberação de fluxos populacionais.

Nesse interregno, o Estado assume a regulação das tensões entre as classes sociais mediante um conjunto de iniciativas: a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o Salário Mínimo e outras medidas de cunho controlador, assistencial e paternalista. Para a autora supracitada, durante a vigência do governo Vargas houve a desmobilização da classe trabalhadora, no intuito de arrefecer suas lutas e manter a hegemonia da classe dominante.

⁵ Prevalencia no governo de Vargas o paternalismo, o populismo, o clientelismo, o mascaramento da desigualdade social e, conseqüentemente, o apadrinhamento, visando ao envolvimento ideológico da sociedade civil para a “integração” entre as classes antagônicas (CISNE, 2004, p. 38).

Malgrado o governo Vargas assumir um pretensu compromisso com a classe trabalhadora, notadamente numa perspectiva de contenção dos seus anseios e reivindicações, Martinelli (2009, p. 126) afirma que, ao longo do tempo pelo qual se estendeu a ditadura varguista, o discurso social permaneceu presente, de forma populista e paternalista, não obstante o trabalhador fosse espoliado, aviltado, explorado e esvaziado de sua cidadania progressivamente.

Como já sinalizado nas considerações acima, o Serviço Social, em seu processo de institucionalização no Brasil foi referendado pela Doutrina Social da Igreja Católica, no ideário franco-belga e de ação social do pensamento de São Tomás de Aquino (século XII): o tomismo⁶ e o neotomismo (retomada em fins do século XIX do pensamento tomista de Jacques Maritain⁷ na França e pelo Cardeal Mercier na Bélgica).

No que se refere à Doutrina Social da Igreja merecem destaque nesse contexto as encíclicas “Rerum Novarum” do Papa Leão XIII de 1891, que vai iniciar o magistério social da Igreja no contexto de busca de restauração de seu papel social na sociedade moderna e a “Quadragesimo Anno” de Pio XI de 1931 que, comemorando 40 anos da “Rerum Novarum” vai tratar da questão social, apelando para a renovação moral da sociedade e a adesão à Ação Social da Igreja.

Em face da influência da filosofia neotomista, o Serviço Social desenvolveu sua prática profissional circunscrita à noção de indivíduo, tratado abstratamente, sem, contudo, estabelecer as conexões com a sociedade capitalista e todas as desigualdades por esta engendradas. Sua atuação norteava-se pela busca do bem-comum e de adequação dos sujeitos à ordem instituída.

Tais argumentos corroboram com a ideia de que o Serviço Social, além de sua inegável relação com a Igreja Católica, bem como os seus pressupostos teóricos, despontou como uma profissão embebida pelo conservadorismo⁸, o qual

⁶ Conforme Aguiar (2011), o neotomismo consiste numa retomada da filosofia expressa por São Tomás de Aquino, no século XII. A filosofia de São Tomás, a partir deste século, marcará por muito tempo a história da filosofia e do homem. Os princípios de dignidade da pessoa humana, do bem-comum, entre outros, iluminaram a teoria e prática do assistente social, desde 1936 até 1960.

⁷ “No Brasil, podemos encontrar repercussões concretas das posições de Maritain, no movimento de legislação social e na Constituição de 1934. A luta por uma legislação social emerge em toda a América Latina e as posições de Maritain se fazem presentes” (AGUIAR, 2011, p. 73).

⁸ Santos (2007, p.47) assinala que as primeiras manifestações do pensamento conservador se dão como respostas reacionárias à Revolução Francesa, responsável por iniciar a derrocada do mundo feudal e subverter desde a organização produtiva aos valores estruturantes da sociabilidade.

até no contexto atual é constitutivo da profissão. No tocante a herança conservadora:

Tal herança tradicional formalizava, por conseguinte, um Serviço Social caracterizado por *práticas empiricistas, paliativa, reiterativa dos padrões conservadores e ações burocratizadas dos profissionais, parametradas por uma ética liberal-burguesa*, cuja finalidade seguia a perspectiva da correção (no ponto de vista funcionalista e de concepção idealista ou mecanicista da dinâmica social) de situações comportamentais consideradas negativas ou indesejáveis para a ordenação capitalista (MAMEDE, 2009, p. 34).

Nesse sentido, convergindo com a afirmação supramencionada inferimos que a herança conservadora do Serviço Social balizou a sua emergência no Brasil, de forma que esta profissão pautava-se na abordagem funcionalista e psicologizante das relações sociais, como se a sociedade fosse constituída por um corpo, e este corpo deveria estar em pleno funcionamento. Os comportamentos e/ou condutas consideradas destoantes deveriam ser corrigidos pela via do enquadramento à ordem vigente, cabendo, assim, aos assistentes sociais a responsabilidade de ajustar qualquer sublevação que comprometesse a integridade do modo de produção capitalista.

Concernente ao processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil, Cardoso (2013, p. 114) afirma que, sua institucionalização é uma consequência da legitimação realizada pelas classes dominantes e impulsionada pela Igreja e que sua formação profissional passa a ser responsabilidade desta, o que lhe confere um caráter conservador e humanista.

No que diz respeito à formação profissionais das assistentes sociais daquele contexto, é criado, em 1932, o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), considerado como manifestação e sob o controle da hierarquia. Conforme lamamoto (2009, p. 168), aparece como uma condensação da necessidade sentida por setores da Ação Social e Ação Católica- especialmente da primeira- se tornar mais efetiva e dar maior rendimento às iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominantes paulistanas sob patrocínio da Igreja e de dinamizar a mobilização do laicado.

Conquanto, segundo a referida autora o objetivo central do CEAS foi:

Promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais, visando tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais e adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social (IAMAMOTO, 2009, p. 169).

A criação do CEAS significou, destarte, a preocupação do ideário católico em instruir as assistentes sociais acerca de sua atuação profissional à luz de suas determinações. Tal instituição foi assentada nas bases da Doutrina Social católica, orientada pela perspectiva de ajustamento social. Faz-se necessário destacarmos que o público do referido curso era formado, massivamente, por mulheres. Isso expressa a histórica feminização do Serviço Social, ao atribuir à mulher características como o cuidado, a sensibilidade e a capacidade de apaziguar os conflitos sociais.

Nas análises de Cisne (2004, p. 53) por meio destas características, tidas como “naturalmente” femininas, as(os) profissionais apresentam bases para alcançar os objetivos de uma profissão que emergiu da necessidade do capital em controlar os conflitos sociais, ou seja, nada melhor que a “docilidade, a meiguice, a compaixão e o dom de comunicação, convencimento e acolhimento” -conferidos historicamente às mulheres através da “educação” -para envolver a classe trabalhadora e, conseqüentemente, atenuar os conflitos sociais.

Diante disso, depreendemos que o Serviço Social, ao ser formado, majoritariamente, por mulheres revela a imagem social conferida ao sujeito feminino e, por conseguinte, traduz contradições de gênero nos marcos da sociabilidade capitalista. No mesmo prisma analítico, Cisne (2004, p.55), assevera que, o fenômeno da “feminização”, percebido na sociedade como natural, é posto às claras ao ser analisado como um “fenômeno social”, com nítida construção histórica e caráter de classe, ao ser fomentado, reproduzido, apropriado e muito bem utilizado para atender aos interesses da classe dominante.

Noutras palavras, a feminização do Serviço Social possui raízes históricas com as relações de machismo e patriarcado⁹ que perpassam a sociedade, de modo

⁹ Segundo Saffioti (2004) a palavra patriarcado é de origem grega em que *pater* quer dizer pai e *archie* significa comando. Dessa forma, compreende-se por patriarcado uma estrutura de relação social em que as mulheres são subjugadas às imposições masculinas.

que as características imputadas às mulheres, como a sensibilidade e o cuidado, reiteram a reprodução do ideário machista e, mais especificamente, no Serviço Social, endossam a ideia que as mulheres estariam mais aptas a lidar com as expressões da “questão social”.

Esboçadas essas considerações sobre o perfil do Serviço Social, em sua gênese, prossigamos com o debate em torno dos primeiros espaços de formação profissional no Brasil. No Rio de Janeiro, em 1937, é criada a segunda escola de Serviço Social no país. Tal escola se tornou realidade pelo impulso do Cardeal Leme e Alceu Amoroso Lima. Este enfatiza a necessidade da formação social. Para que exista vocação social, é preciso formação social (AGUIAR, 2011). A fundação desta escola contou com uma equipe da Congregação de Maria, chegada ao Brasil em 1937.

Não poderíamos, contudo, prescindir dessas incursões a importância da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), hoje denominada de Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), no processo de formação das primeiras profissionais no Brasil. Tal formação foi norteadada por quatro aspectos principais, quais sejam: formação científica, técnica, prática e pessoal. Vejamos suas peculiaridades:

A formação científica se dará através das disciplinas científicas como a Sociologia, Psicologia e Biologia da Moral. E deve proporcionar um conhecimento “exato de homem e da sociedade, de todos os problemas que dele se originam e neles se refletem” [...].

A formação técnica é a formação específica do Assistente Social. Consiste no estudo das teorias do Serviço Social então existentes e sua adaptação à nossa realidade. O Assistente Social deve combater os desajustamentos individuais e coletivos [...]. A formação técnica compreende o estudo da natureza do Serviço Social, noções de técnicas auxiliares e da moral profissional.

A formação prática é a aprendizagem de “como fazer” na realidade das diferentes instituições com que os futuros assistentes sociais mantinham contatos [...] De início a parte prática girava exclusivamente em torno de visitas realizadas a obras sociais e famílias necessitadas [...].

A formação pessoal: a escola deve se preocupar com o desabrochar da personalidade integral do aluno. Deve dar ao futuro Assistente Social uma formação moral muito sólida. Diz Aylda Faria: “Sem uma formação moral solidamente edificada sobre uma base de princípios cristãos, a atividade da assistente será falha, porque lhe faltarão os elementos que garantem uma ação educativa, que é visada pelo Serviço Social” (AGUIAR, 2011, p. 47-48).

De acordo com esses quatro aspectos da formação profissional das primeiras assistentes sociais, constatamos o caráter eminentemente conservador impresso à sua prática. As disciplinas ministradas baseavam-se no viés funcionalista do homem, propondo-se a estudar os seus “problemas sociais”. Ademais, a base formativa era adicta aos pressupostos tecnicistas e instrumentais, sob a égide do “saber fazer” profissional, comparando à prática a uma receita pronta para cada situação. Do ponto de vista da formação pessoal, era imprescindível observar a conduta das futuras profissionais, haja vista ser calcada na “boa” moral e nos “bons” costumes. Assim, qualquer desvio de comportamento sinalizava a inaptidão para exercer a profissão.

Mediante esses determinantes históricos, inferimos que as protoformas do Serviço Social estão organicamente relacionadas à assistência social, sob o viés da caridade, da filantropia e da benesse. Dessa forma, destacamos a primeira instituição nacional de assistência social, a Legião Brasileira de Assistência (LBA¹⁰).

A LBA, criada em 1942, num momento em que o governo brasileiro, sob a presidência de Getúlio Vargas, engajara o país na Segunda Guerra Mundial. O objetivo declarado de seu surgimento era “o de ‘prover as necessidades das famílias cujos chefes haviam sido mobilizados, e, ainda, prestar decidido concurso ao governo em tudo que se relaciona ao esforço da guerra atender’”. Ela surgiu “a partir de iniciativa de particulares logo encampadas e financiadas pelo governo, contando também com o patrocínio das grandes corporações patronais (Confederação Nacional da Indústria e Associação Comercial do Brasil) e o concurso das senhoras da sociedade” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 250-251).

Estas foram basilarmente, as características que cancelaram a institucionalização do Serviço Social no Brasil, datado da década de 1930, sob os auspícios do Estado Novo. É incontestável o lastro confessional e religioso que permeou a profissão, bem como à sua atuação subjugada aos interesses da sociedade capitalista e da Igreja Católica.

¹⁰ De acordo com Iamamoto e Carvalho (2009), as áreas de atuação da LBA eram: “Assistência à maternidade e à infância, à velhice, aos doentes, aos necessitados, aos desvalidos, melhoria da alimentação e habitação dos grupos menos favorecidos, difusão da educação popular, levantamento do nível de vida dos trabalhadores e organização racional de seus lazeres” Legião Brasileira de Assistência, Diretrizes e Realizações (agosto de 194 –julho de 1943).

Nessa rota de análise, consideramos pertinente tecer algumas reflexões sobre o Serviço Social na década de 1960¹¹, marcado pelo contexto da Ditadura Militar¹² em solo brasileiro.

Conforme ressalta Silva e Silva (2007, p. 27) é nesse período que se inicia o desenvolvimento, no Brasil, de uma perspectiva crítica ao Serviço Social “tradicional”, quando setores da categoria profissional dos assistentes sociais esboçam algumas tentativas de novas experiências de vinculação da ação profissional aos processos e lutas por mudanças.

Nesse sentido, a profissão adentra aos anos de 1960 imbuída de desafios, haja vista a instabilidade a qual a sociedade brasileira estava submersa. O Serviço Social, após um longo tempo erigido pelo lastro conservador, começa a contestar algumas práticas em face de todas as transformações societárias ocorridas naquele contexto.

Não obstante a profissão questionar alguns valores da sociedade sob o regime ditatorial, sua prática profissional ainda permanecia lastreada pelos valores propugnados pela classe dominante, como a alienação, o tecnicismo e burocratização. Sobre isso, Martinelli (2009, p. 142) avalia os anos de 1960 como um período no qual o Serviço Social encontrou-se recuado do cenário histórico, produzindo e reproduzindo práticas incapazes de se somarem aos esforços de construção e preservação de espaços democráticos em uma sociedade oprimida pela ditadura militar.

Noutras palavras, tem-se um Serviço Social subserviente aos interesses e desmandos da ideologia dominante, o qual acompanhava o processo de repressão e censura vivenciado pela classe trabalhadora. Com efeito, “a questão social foi

¹¹ A década de 1960 inicia-se com a eleição de Jânio Quadros, que meses depois renunciará ao cargo da presidência da República não suportando a pressão sofrida tanto pela esquerda como pelos conservadores. Seu vice-presidente, João Goulart assume então a presidência de 1961 a 1964, quando é interrompido pelo regime militar.

¹² O Regime Militar durou vinte e um anos (1964-1985), o mesmo foi iniciado com o golpe de 1964 e terminou em 1985 com a eleição, a qual teve a participação da população, que elegeu Tancredo Neves a Presidência, porém, como este faleceu antes de assumir a presidência, seu vice Jose Sarney assumiu. “O desfecho de abril foi a solução política que a força impôs: a força bateu o campo da democracia, estabelecendo um pacto contrarrevolucionário e inaugurando o que Florestan Fernandes qualificou como “um padrão compósito e articulado de dominação burguesa”. Seu significado imediatamente político e econômico foi óbvio: expressou a derrota das forças democráticas, nacionais e populares: o que o golpe derrotou foi uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que era virtualmente a reversão do já mencionado fio condutor da formação social brasileira [...]. Nesse sentido, o movimento cívico-militar de abril foi inequivocamente reacionário – resgatou precisamente as piores tradições da sociedade brasileira” (NETTO, 2011, p. 25).

enfrentada pelo binômio repressão-assistência subordinada aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, funcionando como mecanismo de legitimação política do regime” (SILVA e SILVA, 2007, p. 38).

Diante desse quadro conjuntural, a pressão da classe trabalhadora reivindicou o seu reconhecimento, tendo em vista o contexto de pauperização a qual estava submersa. Por conseguinte, o Estado exigia a modernização técnica da profissão para assumir, eficazmente, a função de mediadora entre o amplo aparato assistencial e seus benefícios e a função de conquistar o apoio das populações aos programas governamentais de desenvolvimento (Ibidem, p. 39).

Tal modernização significou mudanças estruturais para o Serviço Social, já que, na conjuntura ora apresentada a profissão iniciou o seu processo de Renovação, momento em que a profissão revelou a necessidade de romper com a apatia política e as matrizes teóricas que perpassaram sua gênese. Ressalta-se que tal processo, será abordado com mais ênfase no item a seguir.

Ao tratar sobre o processo de Renovação do Serviço Social no Brasil, especificamente, de sua terceira vertente, ou seja, a Intenção de Ruptura é pertinente trazer algumas considerações sobre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, o qual o processo de Renovação lhe é legatário.

Destarte, o Movimento de Reconceituação originou-se nos países latino-americanos, como uma recusa do Serviço Social ao seu lastro conservador. Segundo Yamamoto (2000, p. 206 - grifos da autora), esse perfilou-se, desde o seu nascedouro, como um movimento de *denúncia - de autocrítica e de questionamentos societários que tinha como contraface um processo seletivo de busca da construção de um novo Serviço Social latino-americano, saturado de historicidade, que apostasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos.*

Nas análises da autora, tal movimento, datado da década de 1965 até 1975, representou a erosão do Serviço Social tradicional nos países latino-americanos em que a profissão passou a ser repensada por uma nova perspectiva, a qual pudesse transcender o seu ranço conservador, bem como, nortear a sua prática profissional concatenada às transformações societárias.

Conquanto, Netto (2011, p. 146) pontua os objetivos principais da Reconceituação, quais sejam:

Com efeito, a reconceptualização está intimamente vinculada ao circuito sociopolítico latino-americano da década de sessenta: a questão que originalmente a comanda é a funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento. Indagando-se sobre o papel dos profissionais em face de manifestações da “questão social”, interrogando-se sobre a adequação dos procedimentos profissionais consagrados às realidades regionais e nacionais, questionando-se sobre a eficácia das ações profissionais e sobre a eficiência e legitimidade das suas representações, inquietando-se com o relacionamento da profissão com os novos atores que emergiam na cena política (fundamentalmente ligados às classes subalternas)- e tudo isso sob o peso do colapso dos pactos políticos que vinham do pós-guerra, do surgimento de novos protagonistas sociopolíticos, da revolução cubana, do incipiente reformismo gênero Aliança para Progresso -, ao mover-se assim, os assistentes sociais latino-americanos, através de seus segmentos de vanguarda, estavam minando as bases tradicionais da sua profissão.

Considerando às incursões supramencionadas, pode-se compreender que o Movimento de Reconceituação insurgiu nos países latino-americanos sob os auspícios de sucessivas transformações conjunturais, aliado aos questionamentos no que concerne a atuação dos/as assistentes sociais em face desse quadro. Cabe destacar, também, a crise sem precedentes no sistema capitalista na década de 1970, a qual provou inúmeras mudanças nas diversas esferas da sociedade.

A Reconceituação, nesse sentido, ocorreu num cenário de profundas e substantivas mudanças, sobretudo, buscou-se desvelar a funcionalidade da prática profissional do Serviço Social tradicional¹³ e novas respostas às expressões da “questão social”.

Sendo assim, o Movimento de Reconceituação, para Netto (2011), teve dois aspectos preponderantes: o primeiro consistiu na interlocução do Serviço Social com a tradição marxista, deixando esta de ser alheia à profissão ainda que, sua apropriação tenha se dado pelas fontes marginais, ou seja, não pelas fontes genuínas do marxismo, como também uma apropriação plasmada pelo ecletismo teórico, chegando a ser comparado com a matriz teórico-metodológica de Paulo Freire. O segundo elemento baseia-se na relação dos/as profissionais de Serviço Social no marco continental, o que implicou na aproximação com profissionais de outras bases internacionais.

¹³ O Serviço Social tradicional foi posto em questão de modo diferente dos diversos países em âmbito mundial. Assim, na América Latina, apresentou-se na particularidade de cada país em momentos históricos propícios, e teve como marco de referência o I Seminário Regional realizado no Brasil, na cidade de Porto Alegre, em maio de 1965 (MARTINS, 2009, p. 86).

Diante do que foi exposto, o Movimento de Reconceituação tipicamente latino-americano, incidiu, em larga medida, no processo de Renovação do Serviço Social no Brasil, período este em que o país estava envolto no contexto ditatorial, capitaneado pela autocracia burguesa¹⁴.

A renovação da profissão se deu mediante três perspectivas, as quais apresentavam movimentos distintos, conforme veremos no decurso destas reflexões.

A primeira vertente desse processo foi cunhada por Netto (2011) como *Perspectiva Modernizadora*, tendo seu auge de formulação na segunda metade dos anos de 1960, com seus objetivos expressos nos documentos de Araxá e Teresópolis¹⁵. Apesar de esta vertente proclamar-se como modernizadora, foi, na verdade, uma reedição de um projeto tradicional, não rompendo com este em sua essência, apenas conferindo-lhe um novo cariz. Teve sua matriz teórica baseada no método positivista que, de acordo com Cardoso (2013, p. 138) “utiliza-se do empirismo, buscando, assim como nas ciências naturais, cercar seu objeto, podendo comprovar cientificamente seus estudos exploratórios”.

Em outras palavras, a perspectiva modernizadora, ao valer-se do positivismo, compreende a sociedade como um corpo harmônico e que o mesmo deveria estar ajustado e funcionando em perfeita compleição. Dessa forma, qualquer desajuste seria passível de diagnóstico e correção. Sobre essa assertiva:

Particularmente em sua orientação funcionalista, esta perspectiva é absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção, com as metodologias de ação, com a busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento; enfim, uma tecnificação da ação profissional que é

¹⁴ Segundo Cardoso (2013, p. 129), por autocracia burguesa entende-se: o poder da burguesia por ela instaurado e para ela realizado. O termo autocracia origina-se dos radicais gregos *autos* (por si próprio) e *kratos* (poder). Consiste, portanto, em uma forma de governo onde há um único detentor do poder que tem controle social, político e econômico absoluto, sem consultar seus dirigidos, tendo, portanto, uma relação direta com a ditadura. Assim, o processo vivenciado no Brasil não é apenas uma ditadura militar, mas uma ditadura da burguesia. Esta fundamental análise foi realizada por Florestan Fernandes (2005).

¹⁵ Os dois eventos referidos foram encontros de profissionais que, imbuídos da busca de sistematização e da necessidade de tentar elevar a profissão a um *status* técnico e científico, produziram tais documentos claramente modernizadores do projeto tradicional. Eles apontam: os valores para justificar a ação do profissional; um método de intervenção; e uma direção ideológica e política, de acordo com as referências que temos apontado, ou seja, a ética tradicional, o positivismo e o pensamento conservador, todos enquanto esforços de manutenção da sociedade capitalista (CARDOSO, 2013, p 140).

acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais (YAZBEK *apud* CARDOSO, 2013, p. 136).

Outrossim, a tônica do pensamento positivista foi promover a tecnificação da profissão, através de um estatuto científico que pudesse conduzir a atuação profissional. Nesse momento, retomou-se a metodologia de Caso, Grupo e Comunidade, como forma de diagnosticar e tratar às “patologias” sociais que se apresentavam no contexto dos indivíduos.

Conforme as análises sumariadas aqui, em linhas gerais, estas foram as principais características da Perspectiva Modernizadora que, naquele contexto, configurou-se como uma vertente inovadora, a qual propunha um novo Serviço Social. Todavia, em meados da década de 1970 a referida perspectiva sinalizou fragilidades em seu direcionamento, o que culminou na elaboração de uma nova formulação, a qual abordaremos adiante.

A segunda vertente designada de *Reatualização do Conservadorismo* foi deflagrada numa conjuntura marcada pela crise sem precedentes do capital, após o esgotamento da longa onda expansiva do capital que agregou o modelo de produção inspirado no pacto fordista-keynesiano¹⁶. Nesse interstício, criaram-se as condições para o surgimento de uma nova vertente do processo de Renovação do Serviço Social brasileiro.

Para Cardoso (2013), retoma-se a vinculação com a doutrina social da Igreja e a defesa de valores conservadores e tradicionais, com ênfase na centralidade da pessoa e na ação profissional por meio da ajuda psicossocial. Decerto, essa vertente foi orientada pela abordagem da fenomenologia e ancorava-se na psicologização das relações sociais.

A referida vertente teve suas primeiras formulações nos seminários de Sumaré e do Alto da Boa Vista¹⁷, expressas inicialmente na tese de livre-docência

¹⁶ O pacto fordista-keynesiano perdurou como modelo de produção por três décadas. Seu modelo conjugava a produção em massa de Henry Ford, aliado ao estado intervencionista de John Keynes. Para maiores análises, consultar a obra de Behring e Boschetti (2006).

¹⁷ Segundo Netto *apud* Martins (2009, p. 96), o seminário do Sumaré realizou-se entre 20 e 24 de novembro de 1978 e contou com um total de 25 pessoas, entre coordenadores, consultores, e participantes das quais nove tinham estado em Araxá, e sete em Teresópolis. O seminário do Alto da Boa Vista reuniu, em novembro de 1984, 24 pessoas (23 profissionais e 1 estudante) e duas estiveram em Araxá e três no Sumaré. Os documentos de ambos os seminários estão publicados nos documentos do Cbciss (1986, 1988)

de Anna Augusta de Almeida (1978). O escopo do projeto fenomenológico pode ser assim compreendido:

Embora mantenha a mesma perspectiva política e ética presente no projeto tradicional e na modernização, ou seja, no projeto modernizador, o fenomenológico distingue-se completamente no que se refere às suas dimensões teórica-metodológica e jurídica, apresentando uma nova proposição quanto à atuação profissional, ainda apontando para uma mesma teleologia: a contribuição do Serviço Social na manutenção do *status quo* (CARDOSO, 2013, p. 146).

Na *Reatualização do Conservadorismo*, as dimensões teórico-metodológicas foram utilizadas para reiterar o *ethos* da ideologia dominante, ou seja, da ordem vigente, à medida que se buscou uma nova atuação profissional a fim de coadunar com os interesses capitalistas. Isso implica afirmar que, nem a vertente modernizadora, nem o projeto fenomenológico fizeram algum tipo de contestação ao capitalismo, mas, ao revés, ratificaram-no.

Cabe-nos destacar, também, as contribuições de algumas autoras, como Almeida (1978), Pavão (1988), Carvalho (1991) e Capalbo (1979-1984), as quais forneceram subsídios teórico-metodológicos do projeto fenomenológico. A tônica da referida perspectiva pode ser analisada pela tríade diálogo, pessoa e transformação social, fortemente disseminada por Carvalho. Nesse sentido, a “questão social”, é, em última instância, a relação entre as subjetividades e toda intervenção profissional deve ser focada no indivíduo, em sua subjetividade, o que entendemos servir inteiramente aos interesses da transição da ditadura e da organização capitalista (CARDOSO, 2013, p. 150).

Conforme explicitado aqui, malgrado a *Reatualização do Conservadorismo* e a *Perspectiva Modernizadora* não terem empreendido críticas à ordem instituída, ambas apresentavam traços peculiares, na medida em que:

o projeto fenomenológico deposita na intervenção profissional a ajuda psicossocial em torno da individualidade/ subjetividade na busca de sua transformação; já o processo modernizador atribui à intervenção profissional o papel de ajuda no sentido da adaptação do indivíduo na busca da harmonização das relações sociais (CARDOSO, 2013, p. 150).

Destarte, as vertentes supracitadas distinguiam-se na abordagem que cada uma seguia, porém, eram congruentes no sentido de manter as bases fundantes da

sociabilidade capitalista. Enquanto uma direcionava a ação profissional na harmonização e tratamentos dos “problemas” sociais; a outra investia no trato psicologizante e na ênfase a subjetividade de cada sujeito.

É importante ressaltarmos que a apropriação à fenomenologia não se deu pelas fontes clássicas, ou seja, foi eivada por aproximações marginais. A fenomenologia tem Edmund Husserl como seu principal expoente e, *a priori* utilizou-se substratos teóricos de outros autores.

Apresentadas essas breves considerações acerca das duas primeiras vertentes que demarcaram o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, discutiremos sobre o seu último momento: a Intenção de Ruptura. Esta, por sua vez, propiciou a interlocução da profissão com a tradição marxista e, por conseguinte, com os valores ético-políticos por ela preconizados.

1.3 A Intenção de Ruptura do Serviço Social: rompendo com o passado e caminhando para o presente

A *Intenção de Ruptura* ou *projeto de ruptura* desenvolve-se no Brasil a partir do final da década de 1970, ganhando hegemonia¹⁸ na década seguinte no interior do Serviço Social. O referido projeto colhe os frutos do Movimento de Reconceituação latino-americano, já aludido nestas considerações. Como o próprio nome sugere, a Intenção de Ruptura objetivou romper com o caldo cultural conservador da profissão. Outro evento significativo para a profissão foi o Congresso da Virada¹⁹, o qual representou a ruptura com o ideário do pensamento conservador.

Sua emersão é remontada à Universidade Católica de Minas Gerais, a qual ambientou o célebre método de Belo Horizonte²⁰ (BH). De acordo com Netto (2011)

¹⁸ Gramsci apud Braz (2007, p. 05) define hegemonia, como sendo a prevalência (ou predomínio) de uma vontade coletiva (ou de um interesse público)- o que supõe a necessária conexão a um projeto societário- sobre as demais vontades livres (ou projetos coletivos), considerando a coexistência democrática entre elas.

¹⁹ Sobre este evento, será abordado com mais ênfase no capítulo seguinte.

²⁰ O método de BH incorporou alguns elementos importantes e até então ausentes no Serviço Social, como: uma forte crítica à proposta de desenvolvimento em curso na época, tendo como resistência a aproximação com a tradição marxista (ainda que pelo viés da militância política); a composição de um projeto global (que ultrapassou o próprio projeto profissional) com forte crítica ao tradicionalismo e às outras matrizes reconceituadas; a crítica à neutralidade, à departamentalização/fragmentação responsável pela mutilação do real, bem como a recusa do vínculo do Serviço Social como processo

esta perspectiva permaneceu inteiramente marginal até o fim da década de 1970. Somente na virada do decênio é que a mesma ganhou repercussão para além dos muros acadêmicos e começou a ter visibilidade nos foros e organismos da categoria profissional.

Nesse sentido, em sua formulação o projeto de ruptura permaneceu incipiente no Serviço Social. Ao chegar à década de 1980 o mesmo ganhou notoriedade nos espaços de discussão da categoria. Netto (2011, p. 248) afirma que:

O fato central é que a perspectiva da intenção de ruptura, em qualquer das suas formulações, possui sempre um ineliminável caráter de oposição em face da autocracia burguesa, e este tanto a distinguiu- enquanto vertente do processo de renovação do Serviço Social no Brasil- das outras correntes profissionais quanto respondeu pela referida trajetória.

Em consonância com as argumentações do autor, a Intenção de Ruptura diferenciou-se das outras vertentes, tanto no que diz respeito à dimensão teórico-metodológica, quanto pela contraposição à autocracia burguesa e todos os efeitos nefastos por esta engendrados. Coloca-se, portanto, contra o quadro ditatorial que balizava o Brasil naquela década.

Conforme analisa Netto (2011, p. 255-256), a Intenção de Ruptura não foi um resultado da vontade subjetiva dos seus protagonistas: “ela expressa, no processo de laicização e diferenciação da profissão, tendências e forças que percorrem a estrutura da sociedade brasileira no período de que nos ocupamos”.

A periodicidade da Intenção de Ruptura eclodiu em plena efervescência do ciclo autocrático burguês, momento este de profundas e substantivas alterações nos marcos sociais, culturais e políticos da sociedade brasileira. Recorramos, mais uma vez, as consistentes argumentações de Netto (2011), o qual delinea as bases da Intenção de Ruptura. O autor pondera que:

Ora, as bases sociopolíticas da perspectiva da intenção de ruptura estavam contidas e postas na democratização e no movimento das classes exploradas e subalternas derrotadas em abril. Sociopolítica e historicamente, esta perspectiva é impensável sem o processo que se precipita entre 1961 e 1964 e é abordado em abril- no plano também profissional, é ali que ela encontra os seus suportes sociais

de adaptação, de integração e de individualização dos “problemas sociais” despidos de contextualização e análise histórica (SILVA, 2013, p. 98-99).

[...] ou seja: esta perspectiva expressa geneticamente, no plano do Serviço Social, as tendências mais democráticas da sociedade brasileira próprias da década de sessenta- mediante, o processo de afirmação protagônica da classe operária e seus aliados; imediatamente, as lutas pela recuperação deste processo já sob a ditadura. São estas bases da perspectiva da intenção de ruptura que, em larguíssima medida, condicionam a sua emergência e o seu desenvolvimento durante o ciclo autocrático: das tendências profissionais renovadoras, ela será a que encontrará os maiores óbices para tomar forma (NETTO, 2011, p. 257-258).

Diante disso, a Intenção de Ruptura acompanhou o acirramento da ditadura militar brasileira, em que pese o protagonismo dos movimentos sociais e o processo de laicização da profissão, bem como a afirmação por um projeto societário antagônico aos ideários capitalistas. Portanto, é impensável discutirmos esta vertente sem antes a relacionarmos com a conjuntura brasileira ora delineada.

Acrescido a tal aspecto, a Intenção de Ruptura, no tocante ao viés teórico-metodológico teve suas fontes hauridas na tradição marxista, com base na formulação do método de BH. Entretanto, essa aproximação com a teoria marxista não ocorreu, *a priori*, pelas vias clássicas. Antes, se deu por aproximações marginais e simplistas. Noutras palavras, a vertente marxista foi interpretada por simplificações e análises fragmentadas²¹, que redundaram numa verdadeira deturpação à consistente tradição marxista.

Para Silva (2013, p.99 grifos do autor), *a influência de um tipo de marxismo vulgar que, embora não deixe de fazer parte da tradição de Marx, o banaliza (“marxismo sem Marx”)- aliás, há uma completa ausência das fontes originais na obra e, por consequência, de uma análise sobre o funcionamento da ordem burguesa.*

A despeito da interlocução do Serviço Social com a tradição marxista ter sido balizado por um marxismo enviesado, não se pode negar a relevância desta aproximação, tendo em vista que a Intenção de Ruptura configurou-se como a vertente que melhor definiu o significado do Serviço Social, bem como resultou na apreensão crítica da realidade.

Nesse sentido,

O saldo positivo da aproximação do Serviço Social ao marxismo foi a inserção de setores importantes da profissão na organização política

²¹ Um dos estudiosos a realizar as primeiras interpretações do marxismo foi o filósofo francês Louis Althusser.

dos trabalhadores. Essa inserção inicia uma importante distinção em relação à tradicional apologética capitalista sobre a relação dos trabalhadores com o sistema capitalista, típica do funcionalismo. Distingue-se também da exaltação da subjetividade abstrata da fenomenologia e do conservadorismo neotomista. Por todas essas distinções, o projeto profissional encetado nesse momento realiza, de fato, rupturas essenciais com o passado conservador (SOUZA, 2016, p. 241).

Destarte, a Intenção de Ruptura sobrepujou-se às duas primeiras perspectivas em todos os sentidos: seja pela crítica às bases capitalistas e, por conseguinte, ao contexto ditatorial; como também pela ruptura com os ranços das matrizes teóricas que respaldaram o Serviço Social em sua gênese. É indubitável que o marxismo representou a melhor perspectiva ideopolítica na apreensão e análise das múltiplas determinações do real, seja pela compreensão das relações sociais em suas diversas nuances; seja pela direção social em que a profissão se coloca.

Isso posto, a contribuição da teoria de Marx para a profissão não circunscreve-se, apenas, a dimensão teórica. Desde a sua apropriação pelo Serviço Social, sobretudo a partir da década de 1980²² empreendeu esforços em sua dimensão investigativa, ou seja, foi protagônica no exercício da pesquisa, fato este que conferiu à profissão *status* de produção de conhecimento.

Além de permitir que o Serviço Social atentasse para aspectos até então imperceptíveis sobre a profissão e a própria sociedade, no sentido de compreender as correlações de forças que perpassam a sociedade e a profissão, de modo a permitir que a mesma buscasse balizas fundamentadoras para entender e definir qual a dimensão política²³ e direção social a ser seguida a partir daquele momento.

Contudo, é indispensável registrar que mesmo diante do aporte teórico crítico-dialético, ainda existiram e existem profissionais que se mantêm arraigados/as aos valores estratificados da profissão, trazendo à tona o velho conservadorismo à profissão, através de práticas acríticas, reificadoras do *status quo*.

²² A obra de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, *Relações sociais e Serviço Social no Brasil (1982)*, representou a primeira produção teórica que desvendou o significado da profissão à luz das fontes marxianas clássicas.

²³ Para Costa (2007) reconhece-se que a dimensão política imanta o Serviço Social desde a sua gênese, pois, independentemente da vontade do profissional, a sua prática é permeada por relações políticas. Essa sua natureza política se expressa no cotidiano da prática, independentemente de os Assistentes Sociais negarem ou aceitarem, conhecerem ou ignorarem.

Ademais, foi preponderante para o processo de construção do projeto ético-político profissional e compreensão da realidade numa perspectiva de totalidade das relações sociais que são erigidas nos marcos da sociabilidade capitalista. Nesse aspecto, esboçou a tentativa de romper com o conservadorismo profissional, expressando, assim, um desafio ao Serviço Social, vez que o conservadorismo constitui um forte estigma na profissão, sendo fortemente reeditado nos dias atuais.

Embora a Intenção de Ruptura tenha sido a vertente que se propôs a superar os vincos conservadores no Serviço Social, cumpre-nos destacar que o mesmo não foi totalmente extirpado do seio profissional, à medida que novos traços se defrontam no cotidiano, apresentando-se sob novas roupagens. Sobre a presença do conservadorismo no Serviço Social, vejamos:

O conservadorismo é, portanto, um componente ídeo-teórico de peso no Serviço Social no Brasil, devendo sua presença se debitada a movimentos mais amplos que o estrito círculo da intencionalidade profissional. Ele esteve, como em outros países, constituindo-o de forma decisiva: cauciona até hoje determinado tipo de legitimidade-aquele que trabalha pela manutenção da ordem burguesa (SANTOS, 2007, p. 54-55).

Consoante às argumentações da autora, o conservadorismo é constitutivo da profissão, como uma expressão ideoteórica de movimentos da realidade. Entretanto, o conservadorismo não se apresenta somente no plano teórico, mas também no cotidiano do trabalho profissional, seja pela burocratização nos serviços prestados à população usuária; pela apreensão acrítica da realidade; pela criminalização da “questão social” e demais formas de reprodução da ordem vigente. No capítulo a seguir, discorreremos com mais afinco sobre os impactos do neoconservadorismo na materialização/efetivação do projeto ético-político do Serviço Social.

2 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Nesta seção, discutiremos a construção histórica do projeto ético-político do Serviço Social, considerando as transformações societárias que possibilitaram a sua emergência. Abordaremos sobre o Congresso da Virada, haja vista este evento ter contribuído significativamente para repensar um projeto profissional pautado na defesa intransigente da classe trabalhadora, bem como um projeto de sociedade emancipatório.

Subsequente a tais análises, traçaremos um percurso analítico dos elementos que subsidiaram a construção do projeto ético-político do Serviço Social, e os principais desafios e perspectivas à sua materialização. É válido ressaltar que o projeto hegemônico do Serviço Social possui uma inegável dimensão classista, e que o mesmo apresenta peculiaridades inerentes a um projeto profissional.

2.1 O legado do Congresso da Virada para o Serviço Social: rebatimentos à profissão

Nas análises apresentadas no decorrer deste estudo, foi-se sinalizado alguns marcos históricos que contribuíram para a construção do que, convencionalmente, denominou-se de projeto ético-político do Serviço Social. Antecedentes históricos, como o Movimento de Reconceituação e o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, são elementos imprescindíveis na compreensão do referido projeto profissional.

Isto posto, é válido refletirmos acerca de outro evento histórico na sociedade brasileira e, mais especificamente, no Serviço Social: o célebre Congresso da Virada. Este evento, conhecido como o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), ocorreu em São Paulo, do dia 23 a 27 de setembro de 1979 e teve contribuições significativas na ruptura com a herança conservadora.

Sob os episódios finais da ditadura militar no Brasil, o Congresso da Virada, como o próprio nome sugere, buscou superar a apatia profissional e a omissão da classe trabalhadora em face dos acontecimentos daquele contexto.

O referido Congresso trouxe à baila os assuntos que norteavam o quadro político brasileiro, os quais eram reprimidos pelo caráter coercitivo da ditadura militar. No que diz respeito ao Serviço Social:

[...] o III Congresso trouxe ao Serviço Social à cena política: trouxe-o como participe das lutas abertas da resistência democrática, trouxe-o como constitutivo do arco democrático. Aqui a novidade e a ruptura com a tradição conservadora, a “virada”, enfim: por intermédio do III Congresso, o Serviço Social que ingressa na cena política o faz *contra a ordem ditatorial* e, no interior da vanguarda profissional que implementa este ingresso, não há somente segmentos democráticos- há também núcleos que articulam a luta pela democracia com a luta anticapitalista (NETTO, 2009, p. 666).

Nesse sentido, a “Virada” no Serviço Social propiciou à profissão seu ingresso no cenário político brasileiro, de modo que suas reivindicações contestassem às bases do ciclo autocrático burguês, colocando-se na esteira das lutas anticapitalistas. O caldo cultural conservador- notadamente presente nas instâncias e fóruns²⁴ da categoria- só pôde ser superado quando a classe trabalhadora emergiu na arena política.

Segundo Abramides e Cabral (2009, p. 729), a organização dos trabalhadores punha na ordem do dia: a luta contra a ditadura militar e sua política econômica de arrocho salarial, a luta pela redemocratização do país, a organização dos trabalhadores sob a autonomia e independência de classe retomando uma concepção e prática sindical e popular no horizonte da luta de classes e da perspectiva socialista.

Os anseios e movimentos da classe trabalhadora apontavam para a luta ininterrupta da quebra do autoritarismo e práticas cerceadoras da ditadura, a exemplo da censura e perseguição aos movimentos sociais, típicos daquela época. A redemocratização da sociedade brasileira foi uma pauta colocada para a ordem do dia, a qual mobilizou os amplos segmentos de trabalhadores. Importante destacar que, como argumentam as autoras supracitadas, a perspectiva socialista foi a corrente de pensamento tomada para aquela conjuntura de efervescência social, tendo em vista a luta por uma sociedade anticapitalista e radicalmente democrática.

Com base nisso, Netto (2009, p. 669) assinala que a partir do III Congresso, as correntes e tendências mais progressistas e avançadas no corpo profissional, invocando a condição de vendedores de força de trabalho dos assistentes sociais e reivindicando para eles o estatuto de trabalhadores, não só vincularam seus

²⁴ Merece destaque o antigo Conselho Federal de Assistentes Sociais- CFAS, hoje denominado Conselho Federal de Serviço Social-CFESS e os antigos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais- CRASS, hoje, Conselho Regional de Serviço Social- CRESS.

propósitos profissionais aos interesses do conjunto dos trabalhadores-reconhecendo, no seu núcleo, a centralidade da classe operária, como ainda, se dedicaram a organizar a categoria segundo o clássico modelo proletário: a instituição do sindicato.

Baseado nas ideias expostas, a realização do III Congresso foi o fio condutor para que a categoria profissional trouxesse à tona suas reivindicações, reconhecendo-se como classe trabalhadora e, conseqüentemente, vendedora da força de trabalho. Um dos resultados da luta desta classe foi à fundação da Central única dos Trabalhadores (CUT), em 1983.

No que concerne à formação profissional e na inserção dos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais, Netto (2009, p. 667), afirma que:

a formação sofreu um processo de laicização e inseriu-se de fato na academia; criou-se na universidade pública a carreira docente, abrindo a via da pesquisa, adensada com o surgimento da pós-graduação; o corpo discente envolveu contingentes oriundos de setores das camadas urbanas baixas; consolidou-se um mercado nacional de trabalho para além da demanda estatal, notadamente com as requisições das grandes empresas; o assalariamento se universalizou.

Diante do exposto, a realização do III CBAS promoveu o processo de laicização da formação profissional, de modo que o Serviço Social pudesse transcender o viés religioso que perpassou a sua gênese, colocando-o, efetivamente, frente às transformações societárias e o contexto de redemocratização que o Brasil vivenciara. Foi indispensável, também, na criação dos primeiros programas de pós-graduação, abrindo caminhos para o exercício da pesquisa-lócus privilegiado de atividade do/a assistente social. Ademais, acompanhou o ingresso de setores das camadas urbanas baixas na educação superior, transmutando o caráter elitizado da educação no país. Nesse período, criaram-se os primeiros espaços sócio-ocupacionais para atuação dos/as assistentes sociais.

Segundo Abramides e Cabral (2009), o trabalho profissional, no âmbito da formação e do exercício profissional, é marcado fortemente em sua relação com a luta por direitos sociais e trabalhistas, bem como pelo aprofundamento do legado marxiano e da tradição marxista. Nas análises das autoras, com o acontecimento do III CBAS, intensifica-se a luta pelos direitos sociais, considerando a intransigência na luta dos profissionais de Serviço Social por tais direitos, de forma que a classe

trabalhadora tivesse a primazia de sua atuação profissional. Ressalta-se, afora isso, a interlocução da profissão com a tradição marxista, reflexo do processo de Renovação, já apresentado aqui.

As implicações do Congresso da Virada não se esgotam apenas nestes aspectos mencionados. Teve fundamental importância para o movimento estudantil em Serviço Social que, de acordo com Braz (2009, p. 712), a partir do Congresso, viabilizou a construção de um verdadeiro canal político de articulação entre as entidades profissionais e as entidades estudantis; o segundo diz respeito ao destaque que deve ser atribuído à subsequente influência teórico-política que o Congresso exerceu nos rumos do movimento estudantil²⁵.

Nesse sentido, com o advento do III CBAS o movimento estudantil de Serviço Social passou a ser fortalecido e suas pautas sinalizavam a necessidade de romper com o lastro conservador na profissão. Assim, Braz (Ibidem, p. 717 grifos do autor) assevera que as entidades sindicais que viraram a mesa²⁶ do III CBAS compõem o embrião daquilo que hoje se considera um *dos mais valiosos patrimônios da profissão no país: a democracia, consistente e duradoura articulação entre as entidades profissionais e estudantis do Serviço Social brasileiro*.

De acordo com França Júnior (2012, p.31) a “Virada” do CBAS pode ser considerada como resultante de todo o movimento político e ideológico do Serviço Social brasileiro que estava profundamente alinhado ao movimento da sociedade na contracorrente da ditadura e à situação político-econômica e às condições precárias postas aos trabalhadores.

Nesse quadro conjuntural, o Serviço Social participou ativamente das manifestações, reivindicando a luta pela democracia e pelos direitos sociais. O objetivo nevrálgico do CBAS foi discutir a política social à luz do Serviço Social. Em resumidas contas, a “Virada” no Serviço Social permitiu que a profissão contestasse

²⁵ Braz (2009) assinala que o movimento estudantil em Serviço Social não começa no final dos anos 1970, quando de sua rearticulação. A militância político-estudantil na profissão remonta ao período imediatamente anterior à ditadura burguesa, assinalando, como de resto no conjunto do movimento estudantil, e sob a direção da UNE (União Nacional de Estudantes), que o associativismo político-cívico que peculiariza o Serviço Social se coadunou com o ingresso dos estudantes (como um todo) nos grandes temas da agenda nacional.

²⁶ A mesa final de encerramento apresentou a seguinte composição: Luiz Inácio Lula da Silva, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema; José Pedro da Silva, da Oposição Sindical Metalúrgica de Osasco; Maria Aparecida Perdigão Teixeira, do Movimento de luta Contra a Carestia; Gilberto Tannos Natalini e Daniel Kotzel, do Movimento Popular de Saúde da Zona Leste; Maria Augusta Capistrano, representando o Comitê Brasileiro de Anistia, e Luiza Erundina de Sousa, presidente da Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo- APASSP (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p. 736).

as bases hegemônicas daquele contexto ditatorial, e isso, por meio da articulação da profissão com as forças sindicais. O resultado disso culminou na construção do projeto ético-político do Serviço Social, o qual representa o horizonte de atuação dos/as assistentes sociais, conforme abordaremos a seguir.

2.2 A constituição e materialização do projeto ético-político do Serviço Social: perspectivas e desafios contemporâneos

O projeto ético-político do Serviço Social (PEPSS) foi construído historicamente e representa o compromisso com as competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do Serviço Social, inerentes à formação profissional, bem como a defesa intransigente dos interesses da classe trabalhadora. Fruto de acontecimentos históricos, o referido projeto configurou-se como uma perspectiva de ruptura com a hipotecada herança conservadora que balizou a profissão.

A construção de tal projeto foi legatária do processo de Renovação do Serviço Social, momento em que os valores estratificados do conservadorismo começaram a ser superados. Sua emergência remonta-se a uma gama de fatos que permearam o Serviço Social, desde os finais da década de 1960 a 1990. Antes de discutirmos sobre o PEPSS, propriamente dito, consideramos oportuno tecer algumas considerações sobre os projetos societários e profissionais, o qual o projeto do Serviço Social se inscreve.

Segundo Netto (1999, p. 02), “os projetos societários são sempre coletivos; mas seu traço reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade”. Dessa forma, os projetos societários tipificam propostas para o conjunto da sociedade, por se tratar de uma dimensão macrossocial. Para o referido autor, tais projetos são sempre permeados por uma dimensão política, ou seja, não no sentido da política enquanto partidária, mas que expressam correlações de forças e interesses divergentes.

Os projetos societários, para Braz e Barata (2009), podem ser transformadores ou conservadores. Entre os conservadores, há várias posições que têm a ver com as formas (as estratégias) de transformação social. Assim, temos um pressuposto fundante do projeto ético-político: a sua relação ineliminável com os projetos de transformação ou de conservação da ordem social. Os projetos

societários possuem, em larga medida, a dimensão de transformação da realidade ou de manutenção do *status quo*.

No tocante aos projetos profissionais, o qual o Serviço Social particulariza-se, Netto (1999, p. 04) sublinha que:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

Destarte, na perspectiva supracitada, os projetos profissionais representam os valores que cada profissão elege para nortear a sua prática e a natureza de cada categoria profissional. No caso do Serviço Social, a profissão possui um inegável compromisso com a defesa intransigente dos interesses da classe trabalhadora e da liberdade como valor ético central, trazendo em seu mote, a direção por uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero.

Nesse sentido, subsidiados pelas análises de Braz e Barata (2009, p.05), “ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou outro projeto societário”. Conquanto, a atuação do/a assistente social expressa de que lado ele/a se coloca, seja na defesa dos interesses da sociabilidade capitalista ou pelos interesses da classe trabalhadora.

Segundo Guerra (2009), os projetos profissionais são constituídos por valores ético-políticos e opções teórico-metodológicas em consonância com um projeto societário, tendo por base o trabalho profissional dos sujeitos dessa ação. Com base nisso, tais elementos, se constituem em mediações privilegiadas capazes de diferenciar a prática profissional das que são realizadas por leigos, já que permitem qualificar e enriquecer o exercício profissional, tornando-o consciente para seus agentes.

De acordo com a ideia da autora, projetos profissionais expressam determinados valores ético-políticos imanentes a uma dada profissão, ou seja, apresentam elementos teóricos, políticos, éticos e sociais que são inerentes ao *ethos* profissional de cada categoria/corpo.

Ademais, outro elemento presente no interior dos projetos profissionais é o pluralismo. Como afirma Netto (1999), o corpo profissional é uma unidade não homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes.

Destarte, o pluralismo é um elemento inerente aos projetos profissionais, isso porque, o corpo profissional que constitui tais projetos apresenta valores, opções teóricas e políticas distintas, tornando o projeto heterogêneo. Diante disso, podemos afirmar que o projeto ético-político do Serviço Social, a despeito de sua hegemonia²⁷, não se afirma como um projeto homogêneo. Tal afirmação implica dizer que, mesmo reconhecendo a importância do pluralismo, cabe-nos enfatizar de que este não pode ser confundido com a mistura de teorias.

É importante ressaltarmos que, a despeito da defesa do pluralismo, como a possibilidade de dialogar com outros conhecimentos e saberes, não podemos confundir com a ideia do ecletismo teórico, valendo-se, assim, de diversas teorias para explicar a realidade, pois o ecletismo, diferentemente do debate plural, faz um “mix” contraditório de teorias sem nenhuma análise crítica sobre as mesmas, realizando, de fato, uma colcha composta pelos mais diferentes retalhos.

Acrescido ao pluralismo, deparamo-nos com dois aspectos nos projetos profissionais: os aspectos imperativos e indicativos. Sobre isso, Netto (1999, p.07), define: Imperativos, são os componentes compulsórios, obrigatórios para todos os que exercem a profissão (estes componentes, em geral, são objeto de regulação jurídico-estatal); indicativos são aqueles em torno dos quais não há consenso mínimo que garanta seu cumprimento rigoroso e idêntico por todos os membros do corpo profissional.

Coerente com essa definição, os aspectos imperativos requisitam a obrigatoriedade de seu cumprimento, como, por exemplo, a inscrição do/a assistente social no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), órgão fiscalizador do exercício profissional. Já os indicativos, como o próprio nome sugere, indicam o seu cumprimento, mas não expressam obrigatoriedade. É o caso da direção social que o

²⁷ Gramsci *apud* Braz (2007, p. 05) define hegemonia, como sendo a prevalência (ou predomínio) de uma vontade coletiva (ou de um interesse público)- o que supõe a necessária conexão a um projeto societário- sobre as demais vontades livres (ou projetos coletivos), considerando a coexistência democrática entre elas.

projeto ético-político do Serviço Social se ancora, a qual não é seguida de forma unânime/homogênea pela categoria.

No que diz respeito ao projeto profissional do Serviço Social, o referido projeto se dá como um chamamento e *não* como uma imposição, ou seja, não se configura como uma norma a ser cumprida e/ou *dever ser* a se realizar. Nesse caso, Vasconcelos (2015, p. 182) adverte que, se tomado como uma imposição e/ou como uma receita, sem conexão com os valores, conhecimentos, consciência e escolhas dos sujeitos profissionais- os assistentes sociais reais-, o projeto certamente se presta a ser travestido em múltiplos projetos e direções conflitantes, quando não reivindicado apenas como grife.

Para a autora, o PEPSS não pode ser visto como uma imposição, mas, deve ser concebido como um projeto que tem uma dimensão política que, no caso, vincula-se aos interesses da classe trabalhadora. Ademais, para seguir tal projeto é fundamental que os/as assistentes sociais o conheçam em seus aspectos teóricos, políticos e jurídicos.

Todavia, a escolha pelos valores fundantes do referido projeto evidenciam a direção social que cada profissional segue, seja ela assentada na supressão da sociabilidade capitalista, ou calcada em sua manutenção. Decerto, o/a assistente social participa do processo de reprodução das relações sociais, à medida que:

[...] o exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de suas relações e interesses sociais. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, dá respostas às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais. Isso significa que o exercício profissional participa de um processo que tanto permite a continuidade da sociedade de classes quanto cria as possibilidades de sua transformação (IAMAMOTO, 2009, p. 12).

Diante do exposto, a prática profissional do/a assistente social tanto pode contribuir para a superação da ordem vigente, numa atuação embasada em valores emancipatórios e anticapitalista; como, pela mesma atividade pode reiterar o instituído, através de uma práxis reificadora da sociabilidade capitalista. É, pois, nestes aspectos que os projetos profissionais são seguidos e, no caso do Serviço Social, seu projeto profissional é radicalmente emancipatório e direcionado à superação da sociedade vigente.

Com base nessas incursões, o projeto ético-político do Serviço Social desponta no cenário brasileiro a partir da década de 1970, no contexto do processo de Renovação²⁸ vivenciado pela profissão. As bases para sua construção foram, precipuamente, a ruptura com o conservadorismo profissional, de forma que a profissão saísse da apatia política, bem como das matrizes teóricas utilizadas em suas protoformas.

Esse projeto, considerado hegemônico pela categoria profissional, é composto pelos seguintes elementos, quais sejam: o Código de Ética profissional²⁹ (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (8662/1993) e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), aprovadas em 1996. Vejamos suas particularidades.

No que concerne ao Código de Ética do/a assistente social de 1993, tal documento expressa os valores norteadores da prática profissional, considerando a ética em seus aspectos ontológicos, ou seja, inerentes ao ser social. Ademais, rompe com os outros códigos³⁰ formulados à profissão. Sobre a dimensão ontológico-social, tem-se, no trabalho, a categoria fundante do ser social, sendo que o mesmo não é obra de um indivíduo, mas da cooperação entre os homens; só se objetiva socialmente, de modo determinado; responde a necessidades sócio-históricas, produz formas de interação humana como a linguagem, as representações e os costumes que compõem a cultura. (BARROCO, 2010, p. 26-27).

²⁸ O processo de Renovação do Serviço Social brasileiro foi apresentado no capítulo anterior.

²⁹ O Código de Ética de 1993 possui 11 (onze) princípios fundantes: 1) a liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes-autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; 2) defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; 3) ampliação e consolidação da cidadania considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos da classe trabalhadora; 4) defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; 5) posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; 6) empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivo o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; 7) garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; 8) opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero; 9) articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste código e com a luta geral dos trabalhadores; 10) compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; 11) exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

³⁰ Antes do Código de Ética de 1993, o Serviço Social possuiu códigos anteriores, como os códigos de: 1947, 1965 e 1986.

Em outras palavras, a ética no Serviço Social não se restringe apenas a um conjunto de normatizações e leis. É, além disso, considerar a centralidade da categoria trabalho, concebendo o ser social dotado de autonomia, consciência e liberdade. Diferente dos códigos anteriores, os quais eram erigidos sobre uma perspectiva conservadora e valores neotomistas, o Código de 1993 vem romper com tais ranços, de forma que a liberdade é abalizada como um valor substantivo, e não como uma liberdade burguesa, em que “a liberdade de um começa quando a do/a outro/a termina”. Assim,

O Código contribuiu para o processo contraditório de construção de uma nova moralidade profissional direcionada socialmente para a ruptura com o conservadorismo e para a construção de uma nova cultura profissional democrática que colide com a hegemonia política do capital; uma direção estratégica (BARROCO, 2010, p. 206).

Coerente com esta afirmação, o Código de Ética de 1993 esbarra frontalmente com os valores propugnados pelo capitalismo, por direcionar a prática do/a assistente social num viés emancipatório. Além disso, a moralidade profissional, não mais pautada sob a égide do conservadorismo, insere o/a profissional na construção de uma nova ordem societária, sem discriminação/opressão de classe, gênero e etnia.

A Lei de Regulamentação da Profissão (8662/1993) “dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências” (CFESS, 2005). A referida legislação apresenta as condições para o exercício profissional do Serviço Social, como a inscrição obrigatória dos/as profissionais no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS)³¹, unidade jurisdicional de primeira instância que regula e fiscaliza o exercício profissional nas respectivas regiões do país.

De acordo com Silva (2010, p. 54), considera-se, no entanto, que a Lei de Regulamentação e o código de ética de 1993 traduzem o sustentáculo jurídico-formal da inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho na sociedade contemporânea, sob a regulamentação do Estado. Caracterizam-se por uma construção de caráter coletivo, heterogêneos e passíveis de mudanças em consonância com as transformações societárias em curso.

³¹ Refere-se ao que compete ao Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, na qualidade de órgão normativo de grau superior, no exercício de suas atribuições e ao que compete aos Conselhos Regionais de Serviço Social, na qualidade de órgão executivo e de primeira instância nas áreas de sua jurisdição – respectivamente art. 8º e 10º (CRESS, 2009).

Concernente às Diretrizes Curriculares³² do curso de Serviço Social, aprovadas em 1996 pela ABEPSS, o documento reconhece os determinantes históricos, políticos e sociais que reverberam na formação profissional do/a assistente social. Nesse aspecto, o currículo é dividido em três eixos temáticos tratados de forma indissociável. São eles: o Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, o Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e o Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

O *Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social* é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais da vida social que serão particularizados nos núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional. Objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico. O trabalho é assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social, sendo tratado como práxis, o que implica no desenvolvimento da sociabilidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e, como tal, desenvolver a liberdade (ABEPSS, 1996).

O *Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira* remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, dentre outras.

Já o terceiro, o *Núcleo de fundamentos do trabalho profissional* considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua

³² Na XXIX Convenção Nacional da ABESS – Recife 1995 – aprovou-se a “Proposta básica para o projeto de formação profissional” que, nos seus desdobramentos, em 1996 origina-se a “Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate”. Em Novembro de 1996 este documento é aprovado na ocasião da II Oficina Nacional de Formação Profissional e Assembléia Geral da ABESS, sendo que a promulgação da Lei de Diretrizes de Bases – LDB em dezembro de 1996, facilita o seu processo de normatização (ABESS, 1996).

prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. Tal perspectiva permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho-instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas.

Com efeito, a proposta do currículo da ABEPSS para a formação em Serviço Social visa conjugar as dimensões da vida social, considerando à centralidade do trabalho, como fundante do ser social, por meio do qual o homem transforma a natureza e se autotransforma, adquirindo novas habilidades; articulando-o com os aspectos da formação sócio-histórica brasileira, permeada pela heteronomia, economia periférica e de como tais elementos influenciaram na consolidação e desenvolvimento do capitalismo e, por conseguinte, na compreensão do significado do trabalho do/a assistente social, partícipe do processo de reprodução das relações sociais e pertencente a uma especialização do trabalho técnico e coletivo.

Nessa direção, a ABEPSS (2004) reafirma seu empenho em contribuir no sentido de que a formação da graduação e pós-graduação em Serviço Social substancie e respalde cada vez mais a plataforma emancipatória da profissão, na resistência às mais diversas formas de exclusão, opressão e violência que no tempo presente se adensam e atualizam como demanda privilegiada ao ensino de qualidade e à pesquisa no Serviço Social.

Estes são, basilarmente, os elementos que materializam o projeto ético-político do Serviço Social, os quais foram gestados sob os acontecimentos históricos e conjunturais da sociedade brasileira. Tais instrumentos possuem aspectos constitutivos que garantem essa materialidade. Braz (2009) pontua os componentes que dão materialidade ao PEPSS, quais sejam: *A produção de conhecimentos no interior do Serviço Social*; dada a produção de conhecimento da categoria, como referência internacional, sobretudo, a partir da década de 1990; *as instâncias político-organizativas da profissão*; com ênfase nas bandeiras de lutas encampadas pelos conjuntos Conselho Federal e Conselho Regional de Serviço Social (CFESS/CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

(ABEPSS) e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e a *dimensão jurídico-política da profissão*, expressa através da Lei de Regulamentação da Profissão (8662/1993), bem como, os arcabouços político-legais, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Com base em tais componentes que garantem materialidade ao projeto profissional do Serviço Social, evidenciamos que, embora haja muitos equívocos concernentes ao que é, de fato, tal projeto, destacamos que o mesmo não existe de forma tangível, e não se consolida em um único momento, ou seja, não há um projeto “pronto” e sim, elementos que o compõem, como evidenciado nas ponderações supracitadas.

Essa afirmação exprime a ideia de que são estes os instrumentos que viabilizam o projeto profissional na realidade objetiva, supondo-o para além das ações profissionais isoladas, ainda que possam envolvê-las também, e tomando o projeto ético político como, mais uma vez, uma projeção coletiva dos assistentes sociais (BRAZ; BARATA, 2009, p.09-10).

Avançando na década de 1980, o projeto ético-político do Serviço Social, nessa década, é marcado por um contexto de redemocratização da sociedade brasileira e acompanha os avanços em torno do projeto de ruptura no que tange à produção teórica que dá saltos significativos tanto quantitativamente quanto qualitativamente, trazendo temas fundamentais ao processo de Renovação, tais como a questão da metodologia, as políticas sociais e os movimentos sociais.

Para Cardoso (2013, p.184), “nessa fase, o projeto de ruptura desenvolve-se em duas grandes frentes: a universidade e as entidades de organização da categoria, embora com diferentes protagonistas, em uma mesma direção”. Assim, os anos de 1980 demarcaram o fortalecimento das entidades sindicais da profissão, bem como a inserção de extratos da classe trabalhadora no ensino superior.

É, pois, na década de 1990 que o projeto ético-político do Serviço Social se consolida, conquistando a notável hegemonia no interior da categoria profissional. Concomitantemente, evidencia-se, no Brasil, o advento do neoliberalismo, como resultado do célebre encontro, o qual ficou conhecido como o Consenso de Washington³³. O ideário neoliberal é seguido à risca no Brasil, especialmente no

³³ O Consenso de Washington foi uma reunião, onde funcionários do governo americano e economistas latino-americanos fizeram para avaliar as reformas econômicas da América Latina. As

governo de Fernando Henrique Cardoso³⁴, e nos governos que o sucederam, até a contemporaneidade, trazendo consigo uma onda de medidas deletérias para a classe trabalhadora, tais como: o enxugamento do Estado na operacionalização das políticas sociais, com ênfase na sua focalização e seletividade; a conclamação da sociedade civil no trato às expressões da “questão social” e o quadro de desregulamentação e precarização das condições de trabalho.

Conquanto, Braz e Barata (2009, p. 13) afirmam que nesta época, também, se pode atestar a maturidade político-organizativa da categoria através de suas entidades e de seus fóruns deliberativos. Pense-se nos CBASs dos anos 1990, que expressaram um crescimento incontestável da produção de conhecimentos e da participação numérica dos assistentes sociais.

Concomitantemente, o Brasil vivenciou uma gama de “reformas” que, na verdade, se apresentaram como contrarreformas³⁵, pois, houve uma investida massiva contra os direitos da classe trabalhadora, engendrados pelos efeitos da reestruturação produtiva³⁶. Acompanhou-se, então, a desregulamentação das relações de trabalho, o aumento exponencial do desemprego, a ampliação da informalidade e demais consequências funestas para os/as trabalhadores/as.

O Serviço Social, portanto, não ficou imune a tais impactos. Guerra (2014, p. 46) destaca alguns rebatimentos do quadro ora delineado à profissão:

Tais como a autoresponsabilização pela empregabilidade, incorporações de novas funções que se agregam às tradicionais (tendência que tem sido chamada de multifuncionalidade) diluição da formação especializada e equiparação entre as diversas profissões do social (tendência a desespecialização), abstração da necessidade de formação profissional dada a assunção de atividades simples (desprofissionalização), desmonte dos direitos e supressão da legislação trabalhista (desregulamentação), e, mais ainda, intensificação do trabalho, rotatividade, exacerbação do individualismo e da competitividade. O mercado de trabalho tem sido o reino do “*salve-se quem puder*”.

recomendações dessa reunião abarcaram dez áreas: 1) disciplina fiscal, 2) redução dos gastos públicos, 3) reforma tributária, 4) juros de mercado, 5) regime cambial de mercado, 6) abertura comercial, 7) eliminação de controle sobre o investimento direto estrangeiro, 8) privatização, 9) desregulação de leis trabalhistas e 10) institucionalização da propriedade intelectual (MONTÃO; DURIGUETTO, 2011, p.211).

³⁴ Fernando Henrique Cardoso passou por dois mandatos: (1994-1997) e (1998-2002).

³⁵ Sobre a contrarreforma do Estado brasileiro, consultar Behring (2011).

³⁶ A reestruturação produtiva significou o esgotamento do modelo de produção fordista-keynesiano para um regime de acumulação flexível: o toyotismo. Para um maior aprofundamento, ver Antunes (1995).

Mesmo diante desse quadro de profunda aviltção aos direitos da classe que vive do trabalho, impactando diretamente no Serviço Social, vez que esta profissão atua na operacionalização das políticas públicas, é interessante notar que, apesar desse contexto avassalador, o projeto ético-político profissional manteve a sua hegemonia. Todavia, como já explicitado aqui, essa hegemonia não garante a homogeneidade do projeto. Nesse sentido, pairam acintosos debates no interior da categoria profissional, condensando diferentes perspectivas de renomados/as autores/as.

Na concepção de Braz (2007, p.07) há dois aspectos que colocam em crise a hegemonia do projeto do Serviço Social. O primeiro diz respeito à ausência de uma proposta alternativa a do capital na sociedade brasileira, capaz de unificar interesses sociais distintos relativos ao trabalho. Nessa direção, o autor sinaliza que a hegemonia do projeto profissional do Serviço Social está, em larga medida, ameaçada pela crise engendrada pelo modo de produção capitalista e, por conseguinte, pelos seus efeitos nefastos à classe trabalhadora.

O segundo aspecto circunscreve aos fatores objetivos que incidem sobre as bases materiais do projeto profissional, com destaque na formação profissional em Serviço Social e o próprio exercício profissional. Para o autor, (Idem), “o projeto profissional só se efetiva, a partir de diversas mediações socioprofissionais e das variadas demandas contraditórias que determinam o Serviço Social”.

Noutras palavras, tais afirmações se sustentam por dois fatores: pela mercantilização da educação, com forte destaque no governo de Fernando Henrique Cardoso, o que desembocou no crescimento exponencial da modalidade de Ensino à Distância (EAD), expandindo-se a partir de 2004, nos governos de Luís Inácio Lula da Silva nos cursos de Serviço Social³⁷, fato este que tem tornado a formação acrítica e aligeirada, bem como pelo aviltamento das condições de trabalho dos/as assistentes sociais, como o rebaixamento salarial, ampla jornada de trabalho e vínculos empregatícios cada vez mais instáveis.

Sobre este aspecto, Guerra (2014, p. 50) adverte para o fato de, numa profissão com quase 99% de mulheres, a tendência do pluriemprego, da intensificação do trabalho e do sobretrabalho doméstico, limita a possibilidade de

³⁷ O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) lançou, no ano de 2011, um documento sobre a Incompatibilidade do ensino entre graduação à distância e Serviço Social, no qual apresenta elementos consistentes acerca das fragilidades de tal modalidade de ensino para o referido curso, vez que o mesmo preconiza uma formação crítica.

investimento na pesquisa, mais ainda, no necessário tempo de lazer e descanso, cada vez mais ao *stress* e adoecimento. Ou seja, dada a precarização das relações de trabalho-notadamente nas mulheres, não só repercute nas condições objetivas do trabalho, como também no investimento das condições subjetivas, de modo que qualificação profissional torna-se secundarizada.

Delineado esse quadro, as condições objetivas da profissão tendem a fragmentar e tornar corporativistas as demandas político-profissionais dos assistentes sociais. Com isso, o projeto pode ter mais dificuldades de exercer sua direção social e pode ser cobrado pela própria categoria a flexibilizar seus princípios e a adaptar suas diretrizes para atendê-la em suas demandas mais imediatas, correndo o sério risco de rebaixamento de sua agenda política.

Corroborando com as afirmações, Netto (2007, 38) aponta para dois níveis que, segundo ele, inviabilizam o projeto ético-político do Serviço Social. O primeiro se expressa nos objetivos e funções profissionais; e o segundo reside nos requisitos (teóricos, práticos e profissionais) para o exercício profissional da/o assistente social. A partir de suas análises “*o elenco de objetivos do Serviço Social tem sido intencional e acintosamente minimizado mediante a centralização das suas funções no plano assistencial*”.

Conquanto, a partir dessa reflexão, o autor assevera que os objetivos postos ao Serviço Social têm provocado a assistencialização da profissão, haja vista a expansão da política de Assistência Social no Brasil, sobretudo, nos anos 2000, pela prevalência dos programas de transferência de renda, cujo objetivo central é atenuar os índices de pobreza e miséria. Nesse ínterim, o/a assistente social é conclamado/a para participar da execução das políticas sociais, mediante tais programas de transferência de renda, seguindo os critérios da focalização e seletividade, propalados pela onda neoliberal.

Já o segundo nível que, na concepção de Netto (2007), inviabiliza o projeto ético-político do Serviço Social, reside nos requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, os quais, segundo ele, envolve toda a problemática da formação profissional. Sobre isso, inclui-se o recrudescimento das instituições privadas, demarcando a mercantilização da educação superior, com fortes incidências na formação em Serviço Social.

Diante desse prisma analítico, inferimos a confluência entre as ideias de Braz e Netto (2007), ao afirmarem a suposta crise de hegemonia do projeto ético-

político do Serviço Social, e os níveis que o inviabilizam, respectivamente. As ideias sustentadas por esses estudiosos estão, intrinsecamente, relacionadas ao quadro conjuntural do país, como resultados das manobras do sistema capitalista. Por conseguinte, para eles, o projeto profissional do Serviço Social corre sérios riscos de tornar-se residual à ordem vigente.

Em contrapartida a tais argumentos, Ramos (2009) refuta as teses dos autores sobre a suposta crise do projeto profissional. A começar pela primeira afirmação, a qual analisa que há uma ausência de uma proposta alternativa a do capital, capaz de unificar interesses sociais distintos.

A autora, considerando que a crise do capitalismo repercute frontalmente no projeto ético-político do Serviço Social, por esta não ser uma profissão endógena, mas por receber influências conjunturais, aponta que, a despeito dos efeitos da crise capitalista, existem, no âmbito do projeto ético-político profissional, segmentos, tanto na direção das entidades, quanto na base da categoria profissional que não sucumbiram às estratégias de passivação e, nesse sentido, o debate crítico, em seu interior, segue com inspiração anticapitalista. Dito de outra forma, considerando os mais diversos ataques do modo de produção capitalista aos direitos da classe trabalhadora e, conseqüentemente, sérios rebatimentos ao projeto profissional do Serviço Social, muitos profissionais têm empreendido esforços e lutas pela defesa dessa classe, na tentativa de reafirmar a direção por uma sociedade anticapitalista.

Nesse sentido, mesmo em meio às implicações da crise do capitalismo no projeto profissional do Serviço Social, não podemos incorrer na ideia de que a profissão perdeu o seu potencial político-organizativo, ou ainda, que a categoria não venha lutando pela direção social propugnada pelo seu projeto ético-político, sobretudo, a defesa por uma sociedade justa, igualitária e emancipada.

No que tange ao segundo aspecto destacado por Braz (2007), concernente às condições atuais de formação e do próprio exercício profissional, com atenção para o processo de mercantilização sofrido pela educação superior, com ênfase no governo de Fernando Henrique Cardoso, Ramos (2009) ressalta que, historicamente, a educação superior brasileira nunca esteve em consonância com os valores defendidos pelo projeto ético-político do Serviço Social. Ou seja, a profissão vem lutando por uma educação laica, pública e socialmente referenciada, conjugando o tripé ensino-pesquisa-extensão, em contraposição à ideia da mercantilização do ensino superior, transformando a educação em um verdadeiro

nicho de mercado, ideologia esta fortemente disseminada e operacionalizada pelo modo de produção capitalista.

Quanto às postulações abalizadas por Netto (2007), acerca da pretensa inviabilidade do projeto profissional, sobre a primeira argumentação do autor, a qual assinala que os objetivos postos ao Serviço Social têm redundado na assistencialização da profissão, Ramos (2009) replica que não se pode reduzir à profissão a este fenômeno das políticas sociais, vez que esta perspectiva não tem sido única no debate. Ademais, a categoria profissional vem mantendo a direção ético-política, sem, contudo, recair na assistencialização da profissão, apesar da centralidade e ressonância que a referida política vem ocupando nos últimos anos.

Destarte, considerando os debates travados nesse rol de discussões, Mota e Amaral (2009), coadunam com as argumentações de que não há indicativos que sustentam a crise de hegemonia ou de inviabilidade do projeto profissional, tendo em vista que, os três componentes que materializam o projeto ético-político, quais sejam: o fortalecimento da dimensão político-organizativa da profissão, nas entidades da ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO continuam envidando esforços na luta pela profissão e pelos valores resguardados pelo projeto ético-político; a produção do conhecimento vem apostando na apropriação da teoria social crítica, como uma teoria capaz de apreender as múltiplas determinações da realidade, e a dimensão jurídico-política mantêm firmes seus ideais.

Portanto, nas palavras de Mota e Amaral (2009, p.54) “não endossamos a ideia de que existe uma crise do projeto profissional, mas sim que é um projeto tensionado e determinado pela crise orgânica (Gramsci) mundial do capital”. Assim, comungamos da retórica defendida por tais autoras, haja vista que a profissão, hegemonicamente, tem protagonizado uma árdua luta em defesa de seu projeto profissional, principalmente, em defesa dos interesses da classe trabalhadora e contra todas as formas de desigualdades engendradas pelo modo de produção capitalista.

Nesse sentido, apresentados os principais debates contemporâneos acerca do projeto ético-político do Serviço Social, inferimos que o mesmo não é concebido e/ou efetivado de forma unívoca, vez que a conjuntura atual é saturada de desafios à sua materialização. Nesse mesmo prisma analítico, julgamos pertinente refletir, ainda que de forma sumária, outro desafio que é posto à efetivação do PEPSS: a

invasão neoconservadora, ou, mais especificamente, a incidência da pós-modernidade.

O ideário pós-moderno constitui-se como uma nova roupagem do pensamento conservador, o qual esteve bastante arraigado à gênese do Serviço Social, tendo suas primeiras tentativas de superação com o processo de Renovação, em sua última vertente- a Intenção de Ruptura. Entretanto, ainda é possível encontrar no seio da profissão substratos de tal pensamento. No atual cenário, predomina a tônica da pós-modernidade, o que impele ao Serviço Social grandes óbices à materialização do projeto profissional.

Segundo Rouanet (1998 apud Santos 2007, p. 33), a modernidade possui três características centrais: a universalidade, a individualidade e autonomia.

A universalidade significa que ela visa todos os seres humanos, independentemente de barreiras nacionais, étnicas ou culturais. A individualidade significa que esses seres humanos são considerados como pessoas concretas e não como integrantes de uma coletividade e que se atribui valor ético positivo à sua crescente individualização. A autonomia significa que esses seres humanos individualizados são aptos a pensarem por si mesmos, sem a tutela da religião ou da ideologia, a agirem no espaço público e a adquirirem pelo seu trabalho os bens e serviços necessários à sobrevivência material.

Coerente com essa ideia, podemos depreender que a retórica moderna, ao se valer da universalidade como um dos seus princípios fundantes, concebe o indivíduo externo aos determinantes históricos, políticos e culturais circundantes da sociedade, bem como a sua individualidade, à medida que desconsidera a dimensão macrossocietária. Consequentemente, a autonomia dos sujeitos lhes permite ser livre de qualquer influência da religião ou da ideologia.

Santos (2007, p. 34), afirma que o projeto da modernidade foi útil à burguesia enquanto seus interesses ainda eram expressões universais. A partir do momento em que se transmutaram, evidenciando claramente seu projeto particular de classe dominante, a modernidade e seu desenvolvimento em direção à emancipação humana e à razão dialética passam a representar uma ameaça. Desse modo, com a derrocada do regime feudal, a classe burguesa converte-se em classe eminentemente conservadora, ao manter seus ideais de dominação e exploração.

Ao conceber a modernidade como algo pretérita, o capitalismo empreendeu esforços a uma nova estratégia para sua manutenção: a pós-modernidade. Com isso:

o pós-modernismo constitui-se como a lógica cultural do capitalismo tardio, haja vista que o conjunto das ideias pós-modernas dentre outros mecanismos, cumpre uma função ideológica de sustentação e de legitimação do capital, uma vez que age sobre o sistema de regulamentação social em favor desse sistema – ou seja, na medida em que legitima regras, comportamentos, hábitos e práticas sociais funcionais à manutenção da ordem capitalista e por outro lado demarca como ilegítimas as ideias e práticas que apontam à direção inversa (JAMESON *apud* CANTALICE, 2016, p. 11).

Coerente com essa ideia desprende-se que a pós-modernidade é um projeto aliado ao capitalismo, à medida que este cria hábitos, valores e estereótipos. A existência desse ideário é completamente funcional ao sistema vigente. Ademais, a prevalência de tal pensamento interdita qualquer contestação e/ou superação da ordem instituída.

No que concerne à incidência da pós-modernidade³⁸ no interior do Serviço Social, podemos apreendê-la não apenas na dimensão teórica, ou seja, na apropriação desta nas produções científicas. Evidencia-se, assim, outro elemento fecundo a este ideário: o cotidiano³⁹. Segundo Guerra (2007, p. 13) o cotidiano possui três características fulcrais:

Diferencialidade: o sujeito dirige totalmente sua atenção para demandas muito diferentes entre si, no intuito de responder a elas. Por ser de naturezas diversas, ocupam integralmente a atenção dos sujeitos; Imediaticidade: as ações desencadeadas da vida cotidiana tendem a responder, fundamentalmente, às demandas imediatas da reprodução social dos sujeitos; Superficialidade extensiva: considerando que as demandas do cotidiano são extensivas, amplas, difusas, diferenciadas e imediatas, os sujeitos acabam por encaminhá-las de maneira superficial, dado que a prioridade está em responder aos fenômenos na sua extensividade, e não na sua intensividade.

Destarte, o cotidiano configura-se como um terreno fértil à reprodução da alienação e, no caso do Serviço Social, contribui para que o/a profissional, ao

³⁸ Considerando a complexidade do debate sobre a pós-modernidade, e como o objetivo deste trabalho não é abordá-lo de forma aprofundada, e sim, pontuar alguns de seus rebatimentos na materialização do projeto ético-político, recomendamos a leitura da obra de Josiane Santos, Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro.

³⁹ Sobre a discussão do cotidiano, temos a relevância dos estudos da filósofa húngara Agnes Heller, bem como da obra Cotidiano: conhecimento e crítica, de autoria de José Paulo Netto.

receber as demandas advindas de sua atuação, acabe não estabelecendo às devidas mediações que levaram ao aparecimento daquela demanda. Ocorrem, também, ações imediatistas, pragmáticas e acríicas como consequência da efemeridade dos processos que se operam sobre o cotidiano. Tudo isso tende a gerar uma leitura superficial da realidade, bem como promover uma atuação profissional calcada numa análise simplista e fragmentada.

Acrescido a isso, o discurso propagado pela onda pós-moderna realiza incisivas críticas ao marxismo- o qual o Serviço Social se ancora. Para Santos (2007, p. 86) os desdobramentos dessas críticas são: “à totalidade como totalitarismo, à ortodoxia como dogmatismo, à universalidade como estruturalismo (e consequente negação do sujeito)”.

Segundo Cantalice (2013) a recusa da totalidade, processa-se mediante a sua identificação como totalitarismo político, cuja resultante é a substituição da tomada da realidade como um todo, isto é, como um complexo saturado por mediações sociais, à análise do real por seus fragmentos, privilegiando o empirismo, o relativismo teórico-metodológico e a micropolítica.

Nessa perspectiva, às críticas ora apresentadas consistem no fato da voga pós-moderna considerar o marxismo como uma corrente obsoleta, ou seja, inválida para a sociedade. Ademais, produz uma série de deturpações a uma categoria central da seara marxiana, como a totalidade- simplificando-a a “soma das partes”; a fidelidade ao método marxista, como dogma e a negação do sujeito. Decerto que essa suposta crise de paradigmas têm sido a mola propulsora para a difusão e/ou apreensão de tal pensamento. Assim:

Esse modelo de “ciência” ao cancelar a objetivação da vida social incorre sobre o processo de semiologização desta – o terceiro traço comum às teorias pós- modernas. Substituindo os critérios da verdade objetiva pelos critérios da coerência lógico-linguística-baseados, por sua vez, nas dimensões simbólicas da vida social e nos múltiplos discursos que se estruturam a partir dessas - tornam menos concebível a própria ideia de existência de uma realidade verdadeiramente objetiva; nessa acepção, conclui-se que o real configura-se como uma reconstrução ideal, resultado da intersecção entre múltiplas imagens e interpretações (CANTALICE, 2013, p. 88).

Baseado nas ponderações da autora, inferimos que a pós-modernidade engendra uma verdadeira mutilação do real, ao substituir a objetividade deste por suas representações imagéticas, fato denominado como “semiologização” da

realidade. O real, portanto, apresenta-se como uma colcha de retalhos, destituído de conexões com os nexos históricos e, conseqüentemente, com os sujeitos sociais.

Na atuação profissional dos/as assistentes sociais, a retórica pós-moderna pode ser visualizada, a partir do momento em que muitos/as profissionais, destituídos/as de capacidade crítico-reflexiva incorporam à sua prática inúmeros aportes teóricos que visam explicar os fenômenos sociais, ou, ainda apresentam comportamentos que acabam por naturalizar certas situações, como a pobreza, a violência, o desemprego, dentre outras expressões da “questão social”.

Desse modo, ao desconsiderar a história dos sujeitos e a estrutura macro das relações sociais, acabam recaindo em análises pós-modernas. Contudo, é pertinente ressaltar que, como tal pensamento é extremamente funcional à ordem vigente muitos/as profissionais apropriam-se deste ideário sem o devido conhecimento sobre o mesmo, como uma estratégia lançada pelo modo de produção capitalista, culminando, assim na dificuldade e/ou impossibilidade de materialização do PEPSS.

Apresentadas tais reflexões, é válido ressaltarmos que o nosso objetivo não é emitir juízos de valor sobre os profissionais adeptos à pós-modernidade. Pretendemos, portanto, destacar alguns elementos que trazem rebatimentos diretos à materialização do projeto ético-político do Serviço Social, vez que o mesmo traz em seu bojo uma direção anticapitalista e iluminada pela tradição marxista.

3 REFLEXÕES ACERCA DO LÓCUS DE ESTUDO: descortinando os dados

Neste capítulo, apresentamos a pesquisa, seus procedimentos metodológicos, o perfil dos sujeitos pesquisados e, por meio desta, buscamos descortinar os dados obtidos, suas concepções e demais elementos implícitos no processo investigativo e nos seus achados.

3.1 Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa é de caráter exploratório e bibliográfico que, como destaca Lakatos e Marconi (2003), sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas.

Posteriormente à revisão bibliográfica, é imprescindível o contato com os sujeitos da pesquisa, já explicitados aqui, por meio de uma pesquisa de campo, cuja finalidade é “conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles” (LAKATOS, MARCONI, 2003, p.185).

A proposta de estudo foi desenvolvida mediante uma abordagem fundamentalmente qualitativa, por compreendermos que esta possibilita-nos o desvendamento dos significados, aspirações e outros elementos presentes na construção do estudo, os quais não podem ser revelados numa abordagem quantitativa. De acordo com Deslandes, Gomes e Minayo (2012, p.21) “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado”.

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa propicia ao pesquisador/a o desvendamento e a reflexão sobre as crenças, os significados e valores que os sujeitos imprimem às relações sociais. Enquanto a abordagem quantitativa trabalha com as estatísticas e visam criar modelos abstratos ou a descrever fenômenos que produzam regularidades (Ibidem, p.22).

O processo investigativo ora apresentado foi realizado durante o mês de setembro de 2017, com a participação de 03 (três) assistentes sociais que atuam no âmbito da política de Assistência Social do município de Santa Cruz-PB⁴⁰, sendo duas que atuam no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), e uma no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS⁴¹). A escolha pela referida política deu-se, sobretudo, pela nossa inserção no estágio supervisionado no CRAS, e por compreendermos que a mesma sofre sérios rebatimentos advindos da onda neoliberal, a qual desemboca inúmeros desafios aos/as assistentes sociais e, conseqüentemente, à efetivação do projeto profissional.

O tipo de amostra utilizado na pesquisa foi de natureza intencional. Conforme Lakatos e Marconi (2013, p.38), nesse tipo de amostra, o pesquisador está interessado na opinião (ação, intenção etc.) de determinados elementos da população, mas não representativos dela.

No tocante à coleta de dados, pautamo-nos num roteiro de entrevista semiestruturado que, conforme Triviños (2013) pode ser entendido como a parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

⁴⁰ Segundo o censo do IBGE (2010), o município de Santa Cruz conta com uma população de 6.471 habitantes, concentrando uma população de 2.988 (46%) na zona urbana e 3.483 (54%) na zona rural, classificado como um município de pequeno porte I.

⁴¹ O CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário.

Já o CREAS executa os serviços da proteção social especial, o qual é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. Seus serviços são divididos em: de média complexidade- o qual se destina a famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos; e os de alta complexidade são os que garantem proteção integral-moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos com seus direitos violados, que se encontram sem referência, e/ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário (PNAS, 2004).

A análise dos dados deu-se por meio da técnica da análise de conteúdo das falas, a qual segundo Bardin (1977, p. 42) é definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos, sistematizados e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Desse modo, a referida técnica possibilita a/o pesquisador/a analisar e apreender os significados e valores contidos nas falas dos sujeitos entrevistados, percebendo como determinado tema é problematizado e refletido, transcendendo, assim, o aspecto das falas. No caso da presente proposta investigativa utilizamos perguntas abertas, de modo que o sujeito da pesquisa pudesse expor suas análises acerca do projeto profissional do Serviço Social e os principais desafios postos à sua efetivação no cotidiano de trabalho profissional.

O estudo ora apresentado é calcado no método crítico-dialético, ou, no método em Marx. Tal método particulariza-se por apreender os fios que tecem o real em seus pormenores, articulando aparência e essência, permitindo ao pesquisador/a uma análise minuciosa da realidade. Nesse sentido:

A realidade é concreta exatamente por isto, por ser “a síntese de muitas determinações”, a “unidade do diverso” que é própria de toda totalidade. O conhecimento teórico é, nesta medida, para Marx, o conhecimento do concreto, que constitui a realidade, mas que não se oferece imediatamente ao pensamento: deve ser reproduzido por este e só “a viagem de modo inverso” permite esta reprodução. [...] em Marx, há uma contínua preocupação em distinguir a esfera do ser da esfera do pensamento; o concreto a que chega o pensamento pelo método que Marx considera “cientificamente exato” (o “concreto pensado”) é um produto do pensamento que realiza “a viagem de modo inverso”. Marx não hesita em qualificar este método como aquele “que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto”, “único modo” pelo qual “o cérebro pensante” “se apropria do mundo” (NETTO, 2009, p. 21).

Com base em tal assertiva, o método em Marx possibilita a compreensão das inúmeras e complexas determinações do objeto, que não pode ser analisado sem realizar a “viagem de volta” ou “caminho inverso”. Em outras palavras, feitas as abstrações, o sujeito pesquisador apreende o concreto não mais de forma despida de nuances e determinações, e sim como um concreto pensado. Desse modo, o método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito

da pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações (NETTO, 2009, p.16).

3.2 Perfil dos sujeitos pesquisados: As profissionais da política de Assistência Social do município de Santa Cruz/PB

Na descrição a seguir apresentamos o perfil dos sujeitos pesquisados, contendo informações pessoais e profissionais. A fim de garantirmos o anonimato das profissionais entrevistadas, bem como demais aspectos éticos que devem nortear o processo investigativo, utilizaremos as letras A, B e C para nos referirmos as mesmas.

Não fugindo do perfil hegemônico no Serviço Social no tocante ao sexo, as três profissionais que participaram da pesquisa, são mulheres, o que denota ainda a expressiva presença feminina na profissão, apesar, indubitavelmente, de se identificar também a inserção de profissionais do sexo masculino, porém em escala bem inferior. De acordo com o perfil profissional dos/as assistentes sociais no país, o CFESS (2005), por meio de uma pesquisa intitulada “Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional” constatou que 97% das profissionais são do sexo feminino e 3% do sexo masculino.

No que tange a faixa etária, evidenciou-se que duas profissionais têm vinte e sete e vinte e oito anos e a outra tem acima de cinquenta anos. Tais dados revelam que a maioria das profissionais que atuam na operacionalização da política de Assistência Social no município ora referendado são relativamente jovens.

Quanto ao ano de formação em Serviço Social, uma das assistentes sociais formou-se no final da década de 1980, sendo as outras duas no ano de 2010 e a outra em 2011. Os respectivos dados são reveladores de que a maioria das profissionais mencionadas tem pouco tempo de formação, aspecto o qual demonstra que as mesmas acompanharam, portanto, todas as discussões do novo currículo, aprovado no ano 2000 pelo MEC, discussões as quais orientam o projeto de formação profissional em vigor.

Todavia, é cabível ressaltar que o fato da profissional ter se formado nos final dos anos de 1980 não implica em afirmar que a mesma não possa acompanhar os debates em torno da profissão, pois o ano de formação não é indicativo do nível

de comprometimento dos/as profissionais com relação ao debate contemporâneo no Serviço Social, mas o que reforça a afinidade as discussões existentes no cenário profissional é o compromisso teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que todos/as profissionais devem ter com a profissão que assumiram.

Um aspecto que merece ser enfatizado no que diz respeito à busca pela qualificação, compreendendo que a formação profissional deve se dar em processo contínuo, conforme preconiza o Código de Ética Profissional do Serviço Social (1993), nos seus princípios fundamentais, especificamente no inciso VII: “[...], compromisso com o constante aprimoramento intelectual;”, identificou-se que todas as profissionais que participaram da pesquisa fizeram pós-graduação em nível de especialização, e uma em nível de mestrado, demonstrando, portanto, a busca pelo enriquecimento na formação profissional.

Com relação ao período de inserção nas instituições em que estão inseridas, todas as profissionais passaram a atuar na Assistência Social da cidade de Santa Cruz na segunda década dos anos 2000, especificamente nos anos de 2011, 2014 e 2015, com carga horária de 30 horas semanais⁴², de acordo com o estabelecido na portaria do CFESS.

É interessante notar que duas das três profissionais sujeitos da pesquisa, têm vínculo empregatício em outra instituição, apenas uma não tem. A questão do pluriemprego tem se tornado cada vez mais recorrente no mercado de trabalho contemporâneo, pois as remunerações têm sido insuficientes para garantir a manutenção do custo de vida da classe que vive do trabalho. Sobre isso, Guerra (2014, p. 49-50) afirma que:

Uma nova tendência comparece nos espaços de trabalho das assistentes sociais é o crescimento de profissionais que possuem mais de um vínculo de trabalho, o que caracteriza o pluriemprego. Há, ainda, a inserção sócio-profissional em duas ou mais políticas sociais, uma rotatividade inédita, resultante dos vínculos instáveis e dos baixos salários, além da intensificação e extensão de carga horária por ter que cumprir, pelo menos, duas jornadas de trabalho.

Com base nas reflexões apontadas pela autora, o atual mercado de trabalho dos/as assistentes sociais têm sido permeados por condições cada vez mais precárias. Para que os/as profissionais possam garantir às suas necessidades

⁴² A Lei nº 12.317/2010 estabelece a carga horária de 30 trinta horas semanais para trabalho dos/as assistentes sociais.

básicas, o atual cenário demanda a necessidade de mais de um vínculo profissional, na maioria das vezes peculiarizado pelas inúmeras formas de precarização, como: fragilidades, como a extensão da carga horária de trabalho e a baixa remuneração salarial, além do crescimento exacerbado da demanda reprimida, em face ao contexto falacioso de crise do Estado.

3.3 Concepções acerca do projeto ético-político: entre a hegemonia e a heterogeneidade

Apresentamos a seguir os resultados dos dados obtidos no processo investigativo, no que diz respeito às concepções das profissionais entrevistadas sobre o projeto profissional do Serviço Social, bem como os principais desafios que se defrontam à sua efetivação no cotidiano de trabalho profissional.

Ao serem indagadas se conheciam o Projeto Ético-Político do Serviço Social, as assistentes sociais informaram que:

Bem, é evidente, né, que é necessário pra que todos os estudantes acadêmicos de Serviço Social saia já com esse projeto profissional, né, e que também seja aplicado pra aliar tanto a teoria com a prática, pra vê a questão principalmente, da nossa realidade profissional, e é necessário hoje que essa materialização seja considerada dentro da estrutura de cada serviço, ou então de cada instituição, que ora vocês têm que passar ou perpassam por ela (Assistente Social A);

Assim, o projeto é o que norteia, né, a nossa atuação profissional. [...], são muitas coisas no cotidiano profissional que faz com que a gente não consiga materializá-lo. [...] (Assistente Social B);

[...]. Então, em linhas gerais, o projeto ético-político ele é um projeto que fundamenta e acredito que ele dá uma autoimagem ao nosso fazer profissional, acho que seria mais ou menos isso, que aí tem como base uma postura crítica que rompe com o viés conservadorista que nasce a profissão no Brasil, com esse caráter que vem das fontes europeias (Assistente Social C).

As falas acima apresentadas revelam que duas assistentes sociais, especificamente a B e C, demonstram que tem conhecimento sobre o PEPSS, inclusive uma delas enfatiza as dificuldades para materializá-lo, porém, a assistente social A, em face da postura aferida, não demonstrou conhecimento sobre o referido projeto.

É importante situar no debate ora traçado, que o conhecimento acerca do PEPSS, independentemente das possibilidades para a sua operacionalização no desenvolvimento do processo de trabalho cotidiano, é indispensável para a operacionalização de um exercício profissional que busque a efetivação dos direitos da população usuária e das políticas públicas em que os/as assistentes sociais estão inseridos/as. A ausência desse conhecimento provoca a dificuldade da construção de mediações necessárias para que os referidos direitos não sejam usurpados. Tal ausência também abre grandes possibilidades para que os/as profissionais se tornem “massa de manobra”, ou seja, instrumentos de manipulação do Estado para a fomentação da ordem vigente, imposta pelo modo de produção capitalista. Nesse sentido:

Exige uma análise crítica e teoricamente fundamentada do trabalho realizado na trama de interesses sociais que o polarizam; da construção de estratégias coletivas, articuladas às forças sociais progressistas, que permitam potencializar caminhos que reforcem os direitos nos diversos espaços ocupacionais em que atuamos: na saúde, na previdência e assistência social nas diversas instâncias do poder executivo; no poder judiciário, nas organizações empresariais etc. assim, a perspectiva que move a ação não é a mera reiteração do instituído, mas o impulso ao protagonismo políticos dos sujeitos na articulação e defesa de suas necessidades e interesses coletivos na cena pública (IAMAMOTO, 2009, p. 13).

Com base na citação acima, a autora adverte-nos sobre a importância dos/as assistentes sociais apropriarem-se da trama de interesses que perpassam o seu trabalho, bem como o fortalecimento dos direitos da classe trabalhadora. É indispensável que o/a profissional, independente da política a qual atua, possua competências teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativas para criar estratégias em prol dos interesses dos/as usuários que constituem o seu público alvo. A tônica ressaltada pela autora é a necessidade de superação da ordem instituída, mediante o incentivo e luta dos/as profissionais pelo protagonismo político dos sujeitos.

Ainda é interessante notar, com relação às informações prestadas pela Assistente Social A, que o PEPSS, conforme foi discutido no segundo capítulo deste trabalho, não se trata de um projeto que é construído na universidade pelos/as discentes e docentes, mas é um projeto que está imbricado na formação

profissional, onde a busca pela sua materialização define e delinea qual a direção social e dimensão política assumida pelos/as profissionais.

Indagadas acerca de como se deu o contato e/ou apreensão sobre o PEPSS, tivemos as seguintes respostas:

Não, eu nunca tive esse problema, né, porque até mesmo eu participei de movimentos já, e nunca fiz nenhum entrave, né, pra essa participação, e é necessário que a gente tenha essa abertura pra os estudantes, principalmente, né, dentro dos desafios, dos princípios, né, da realidade; tanto da instituição ensino, de que ele vai passar, e na realidade que ele vai atuar. A partir de, [...], logo quando eu terminei, né, e passei a atuar, aonde também tive essa abertura, e porque fazer, dá esse entrave, né? Então assim, não existe essa questão de entrave, não. Aqui nós somos abertos, sempre fui, sempre acompanhei e estou pra acompanhar qualquer estudante que vir aqui dentro do seu projeto, dentro dos desafios, do tema que ele escolher, do aconselhamento, de mostrar essa realidade, de fazer com que ele alie a sua prática a sua teoria, na realidade dentro dos usuários que são assistidos na instituição (Assistente Social A);

[...] minha apreensão e apropriação dele, inicialmente, se dá através da gente, enquanto estudante, né, na sala de aula, nos movimentos sociais, no movimento estudantil. Então todos os dias a gente vai tendo uma apreensão do que é esse projeto ético-político. Hoje eu tenho uma, como estudante, eu tinha outra, não no sentido de uma distorção, mas de apreensão melhor, de materializar melhor ele, de concretizar melhor [...] (Assistente Social B);

Então, o projeto eu comecei, a própria graduação desde o segundo período, acredito, assim, que teve uma maior ênfase com a disciplina, se eu não me engano de fundamentos que a gente passou a discutir ele com mais propriedade. Quando eu estava no quarto período, eu comecei nesse projeto, nessa base de pesquisa que estudava o projeto ético-político, que, assim, a gente não teve contato de pesquisa com profissionais, mas de uma outra havia feito uma pesquisa sobre a questão de profissionais que se formaram entre o período de 1997, que era justamente com no período que era com as novas Diretrizes Curriculares e até 2000, e fazendo esse processo, inclusive questionando aos profissionais o que era o projeto ético-político e os resultados [...] (Assistente Social C).

Diante das falas supracitadas, percebemos que a profissional A demonstrou total desconhecimento de como se deu seu contato com o mesmo. Sua resposta aponta para o fato da mesma compreender o questionamento feito, como se tratasse do projeto de intervenção, relativo à supervisão do processo de estágio supervisionado, e não do projeto profissional do Serviço Social. Cabe ressaltar, portanto, que no ato da entrevista reformulamos a pergunta supracitada, de modo que esta se tornasse mais compreensível para a profissional. No entanto, sua

resposta reiterou o que já havia afirmado, fato este que denotou o seu desconhecimento sobre a pergunta.

O sujeito da pesquisa B relatou que seu contato e/ou apreensão com o PEPSS se deu, basicamente, na sala de aula e no movimento estudantil, e que, à medida que operacionaliza seu trabalho estabelece um contato diário com o PEPSS, não no sentido de distorcê-lo, mas na dimensão do amadurecimento profissional. Importante destacar a importância do movimento estudantil, ressaltado pela entrevistada, vez que o Código de Ética profissional (1993), dispõe sobre a relevância da participação dos/as profissionais nos movimentos sociais.

Convergindo com a resposta da profissional B, a profissional C destacou que seu contato e/ou apreensão do PEPSS se deu no espaço da sala de aula, mais especificamente nas discussões das disciplinas dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social, bem como a partir de sua inserção na base de pesquisa, a qual tratava de traçar o perfil profissional emergente na década de 2000, período em que as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social foram aprovadas.

Ao serem questionadas sobre a possibilidade de operacionalizar o PEPSS no exercício profissional cotidiano, as assistentes sociais asseveraram:

É possível e é necessário, né? Até mesmo porque, hoje, os estudantes eles têm que sair com mais consistência dentro da questão dos princípios, dentro da sua atuação, da realidade, né? E a partir daí, tanto o direito como os benefícios, pra que haja essa abertura, e a participação que envolve é necessário, a instituição, como também os serviços até mesmo pra que a gente caminhe junto, e principalmente hoje que a gente tem que fazer essa formação dessa rede, tanto no serviço como nas instituições (Assistente Social A);

Não, é possível, sim. Com certeza! Agora que há limites em decorrência da sociedade que a gente vive, que é uma sociedade totalmente desigual, né, onde 90% da população ela fica com o mínimo, e apenas, por exemplo, 10% fica com tudo que é produzido, né, e aí gerando uma desigualdade, a gente entra, enquanto profissional pra mediar, né, essa situação. A gente não é detentor, enquanto profissional dos meios de produção, nós não somos detentores dos recursos, né. Então assim, fica complicando no sentido de materializar o projeto, mas que ele é materializado, a partir do momento que a gente tem um atendimento humanizado, né, embora focalizado, e que a família nunca vai entender [...] (Assistente Social B);

Sim. É possível e é necessário, acredito assim. Inclusive na pesquisa alguns profissionais não conseguiram associar, alguns que reconheciam o projeto ético-político, não conseguiram associar o projeto à sua prática, né, porque como traz os fundamentos teóricos marxistas, né, tendo como fundamento e a questão da nossa primazia, que é a liberdade. Então, são fundamentos, né, que a gente precisa de se apropriar até pra ter uma perspectiva e uma prática embasada nele pra transformação societária. Claro que a gente vai tá em um processo de luta, né, porque a gente intervém, nós somos contratadas a mando do capital pra trabalhar com os trabalhadores, os proletariados. Então, como é que a gente consegue se vê nesse espaço? Então, se a gente não tiver uma matriz de intervenção embasada nisso, a gente não consegue evoluir no sentido do que é o nosso fazer profissional. Então, é possível e é necessário (Assistente Social C).

Mediante os discursos acima, compreendemos que a profissional A, a despeito de não demonstrar conhecimento sobre o PEPSS, sinaliza a necessidade da formação de uma rede sociassistencial, na qual os serviços e programas ofertados pela política de Assistência Social possam funcionar satisfatoriamente. No entanto, sua resposta ainda não fornece elementos consistentes no que diz respeito à possibilidade de operacionalizar o PEPSS em seu exercício de trabalho.

A profissional B, mesmo reconhecendo os inúmeros desafios à operacionalização do PEPSS, sobretudo, pela desigualdade da riqueza socialmente produzida no país, em que, segundo ela, 90% da população não acessa tal riqueza, afirma que é possível operacionalizar o PEPSS, a partir do momento em que realiza um atendimento humanizado a/o usuário/a. Ressalta, também, que esse atendimento, na maioria das vezes ocorre de forma focalizada, ou seja, nem todos têm direito⁴³ aos benefícios destinados à Assistência Social, fato este que gera a incompreensão por parte das famílias. Nesse sentido, depreende-se que a profissional apresenta a maior dificuldade de operacionalização do PEPSS, em decorrência da política econômica que está inserido/a- nesse caso a política neoliberal, a qual prima pela focalização e seletividade das políticas sociais.

Ao propagar sua resposta, a assistente social C, também afirma ser possível e necessária a operacionalização do PEPSS em seu exercício profissional. Destaca o fato de a profissão ser contratada pelo capital, para, também, responder às suas

⁴³ Dos atendimentos realizados pelo CRAS, onde a referida profissional atua, há uma demanda expressiva referente ao Programa Bolsa Família. Nesse sentido, a renda *per capita* estabelecida por este programa de transferência de renda é de R\$ 170,00. Com os critérios de focalização e seletividade propugnados pela política neoliberal, muitas famílias, por valores irrisórios acabam sendo excluídas do programa, por não se inserirem nos critérios de elegibilidade do mesmo.

requisições. Ademais, reforça a importância de conhecer os princípios que o regem, especificamente, porque são norteados pela perspectiva marxista. Sua fala aponta para a relevância de seguir a matriz teórica marxista, tendo em vista esta propiciar melhor embasamento para o desempenho da profissão e efetivação do PEPSS.

No que concerne aos maiores desafios postos ao exercício do Serviço Social nas instituições pesquisadas, obtivemos as seguintes respostas:

[...] assim, um desafio grande que a gente encontra é a falta dos serviços, né, pra absorver muitas vezes os usuários, né, principalmente porque a gente trabalha com a referência e a contrarreferência, e um desafio hoje que a gente encontra é esse: a questão da resolutividade pra aquela família, pra aquele usuário, e principalmente, um entrave hoje, e a gente muitas vezes não encontra essa rede bastante consistente, a gente encontra um pouco esfacelada [...] (Assistente Social A);

Um dos desafios para o assistente social hoje, é trabalhar justamente com essa focalização dos direitos, sem dúvida. Porque assim, inclusive ela perpassa a questão da remuneração profissional, né, o que é outro desafio. Esse vínculo, por mais que seja efetivo, ele é um vínculo que tem precarizações, no sentido de que, ele possui fragilidades no sentido de que, a gente não tem uma perspectiva de ascensão profissional, de remuneração. Nós não temos nada, nós estamos aqui e é uma coisa estática, mas assim, a partir do momento, se a gente tivesse uma universalização, que eu acredito que também não é possível chegar a essa universalização dentro da sociedade que a gente vive. Essa é uma palavra que até... que as pessoas usam, que até eu já usei [...] um desafio é, dentro desse contexto que a gente tá, a questão da gestão, dos vínculos de trabalho, não é nem o vínculo, é como tá posto esse nosso vínculo? É efetivo, mas, sem nenhum outro direito. Nós estamos aqui efetivar direitos, garantir direitos, ampliar direitos, e nós não temos os nossos direitos nem garantidos, nem efetivados, nem ampliados, como profissionais. E outro é trabalhar nessa questão mesmo, de ser políticas totalmente focalizadas, principalmente agora e também para os próximos anos, com essa perspectiva desses gastos [...] (Assistente Social B);

[...] É, os desafios estão, é, dentro do nosso espaço, da falta de reconhecimento profissional, da falta de reconhecimento salarial, da falta de autonomia, muitas vezes de tomar decisões, de ver um caso e ter essa autonomia pra poder viabilizar, porque alguns recursos de benefícios eventuais, por exemplo, são benefícios gerenciados pelo gabinete do prefeito. Então, isso inviabiliza, inclusive, a gente romper com algumas práticas assistencialistas, né, como o passado [...] Então, quanto aos desafios em si mesmo são inúmeros, dentro de uma perspectiva macro de conjuntura mesmo, e isso a gente até nesse processo, hoje é o dia D, inclusive, do processo de luta pelo SUAS, porque os recursos pra o próximo ano estão todos comprometidos nessa perspectiva da contrarreforma, dessa política

neoliberal que tem se intensificado e se mostrado mais forte, né, nesses últimos tempos, desses desmonte de direitos. Então assim, hoje tá difícil, né, romper com algumas coisas, e eu acredito que pra os próximos anos, né, principalmente pra o próximo, que a gente já vem entrando o ano com 99% dos recursos da Assistência, né, a menos (Assistência Social C).

Considerando as reflexões ora apresentadas, a assistente social A destaca a dificuldade de formação de uma rede articulada, ou seja, ao trabalhar com a contrarreferência entre os serviços ofertados pela política de Assistência Social, a mesma percebe que tal rede encontra-se esfacelada, ou seja, não há uma efetivação plena. Conseqüentemente, isso impacta na resolutividade das demandas que lhe são apresentadas, haja vista que a referida política não funciona de forma insular, sendo, portanto, indispensável à articulação entre outros serviços.

Nesse mesmo prisma, a resposta da profissional B apresenta elementos no que diz respeito aos desafios da atuação profissional na instituição a qual trabalha, enfatizando o caráter da focalização dos direitos sociais, principalmente, na política a qual atua. Ademais, outros desafios são atinentes às relações trabalhistas estabelecidas, como a precarização das condições de trabalho e a inexistência de perspectiva de ascensão profissional e salarial, bem como, a impossibilidade de universalização das políticas sociais.

Destarte, mediante a tais argumentos, podemos inferir que a entrevistada não acredita na universalização das políticas sociais, ao tempo que afere em que os seus direitos não são garantidos, efetivados e ampliados. Concomitante, a mesma pontua a redução drástica dos recursos para a Assistência Social, fato este que torna o seu exercício profissional ainda mais difícil.

Seguindo a mesma linha de raciocínio da profissional B, a assistente social C também problematiza algumas condições de precarização das relações de trabalho, com destaque para a falta de autonomia profissional e remuneração salarial, as quais obstaculizam uma práxis profissional que viabilize os direitos da população usuária. Outro elemento relevante em sua fala, ainda concernente à sua autonomia, diz respeito ao fato de os benefícios eventuais⁴⁴, regulamentados pelo

⁴⁴ Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), os Benefícios Eventuais são previstos pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e oferecidos pelos municípios e Distrito Federal aos cidadãos e às suas famílias que não têm condições de arcar por conta própria com o enfrentamento de situações adversas ou que fragilize a manutenção do cidadão e sua família. O benefício deve ser oferecido nas seguintes situações: **Nascimento** - para atender as necessidades do bebê que vai nascer; apoiar a mãe nos casos em que o bebê nasce morto ou morre logo após o nascimento; e apoiar a família em caso de morte da mãe.

SUAS, serem operacionalizados no gabinete do gestor municipal. Desse modo, tal situação contribui para que algumas práticas, como o assistencialismo sejam resgatadas. Discute, também, os efeitos da contrarreforma do Estado brasileiro e da política neoliberal, o que repercute diretamente nos desmontes dos direitos sociais.

Ao solicitar que as profissionais sujeitos da pesquisa tecessem comentários sobre a operacionalização de seus trabalhos, nas instituições pesquisadas, logramos às seguintes reflexões:

Bem, isso é muito difícil, né, até pra poder fazer essa análise, essa avaliação, e eu tento fazer [...] Eu procuro muito fazer essa ponte, a amizade, o envolvimento da comunidade, da população, né, aos serviços, de senti como a gente tá atuando. Então, é muito difícil eu dizer da minha atuação, mas eu procuro sempre, que a gente tá sempre dentro de um desafio, e nesses desafios a gente busca, é, fazer com que não tenha nenhum entrave para o usuário, porque a maioria das vezes esse usuário, tanto da Assistência Social, como da Saúde, ele encontra portas fechadas [...] (Assistente Social A);

A operacionalização do nosso trabalho no âmbito PAIF ela é totalmente atingida por esses desafios que eu coloquei, né, de materialização também do projeto, entendeu? Por exemplo: como é que eu vou atender tantas famílias, né, que precisam de um acompanhamento, se muitas vezes a gente não tem o transporte pra fazer as visitas. Como é que eu vou acompanhar aquelas famílias se eu não posso sair daqui, porque tem coisas que não são, tecnicamente, minhas, mas que eu preciso para pra que, outras pessoas lá na frente não sejam atingidas, e outros direitos já não sejam cessados [...] outra coisa que impede a operacionalização do trabalho da gente, é o trabalho intersetorial. Não existe uma rede articulada, né, não existe uma rede que reconheça que o encaminhamento do assistente social pra uma vaga tenha importância, né, eles visualizam mais como um simples papel, não tem e naturalizam aquele não [...] (Assistente Social B);

A operacionalização do trabalho aqui da gente ele se dá de forma, eu acredito que com base mesmo no que se fundamenta, apesar de, a gente a até brincar, a gente desenvolve tanta coisa da Assistência que, inclusive recai sobre os nossos desafios, até voltando pra outra pergunta, que são muitas atividades a nós atribuídas enquanto assistentes sociais do CRAS, pela falta de profissionais em outros departamentos, por exemplo, da secretaria que recai uma demanda maior pra gente, no caso pra mim e pra outra técnica, daqui do

Morte - para atender as necessidades urgentes da família após a morte de um de seus provedores ou membros; atender as despesas de urna funerária, velório e sepultamento, desde que não haja no município outro benefício que garanta o atendimento a estas despesas. **Vulnerabilidade Temporária** - para o enfrentamento de situações de riscos, perdas e danos à integridade da pessoa e/ou de sua família e outras situações sociais que comprometam a sobrevivência. **Calamidade Pública** - para garantir os meios necessários à sobrevivência da família e do indivíduo, com o objetivo de assegurar a dignidade e a reconstrução da autonomia das pessoas e famílias atingidas.

CRAS e aí inviabiliza o nosso trabalho enquanto técnica do Serviço de Proteção e Atendimento às Famílias, que é o PAIF [...] (Assistente Social C).

Os discursos das profissionais apresentam elementos similares, sendo que, a assistente social A revela dificuldades em tecer algum comentário sobre a operacionalização de seu trabalho. Contudo, a mesma relata que tenta fazer tal análise e que, tem construído vínculos com a comunidade local, como forma de conhecer a realidade do município e, por conseguinte, dar resolutividade às demandas que lhe são postas. Nesse sentido, mesmo respondendo de forma simplista, percebe-se o compromisso da profissional com os usuários/as que recorrem ao serviço em que atua.

Já a profissional B, assevera que a operacionalização de seu trabalho tem sido, em larga medida, comprometida pelos desafios em que a mesma apontara. Para ela, o contexto de precarização das relações de trabalho, evidenciada quando não se dispõe, por exemplo, de transporte para a realização de visitas domiciliares, obstaculiza sua atuação. Ademais, outro aspecto que merece ser discutido é o fato das suas competências e atribuições profissionais não serem respeitadas, à medida que a entrevistada relata a questão de desempenhar atividades que não são, tecnicamente, suas. Relata ainda, a dificuldade de operacionalizar seu trabalho pela falta da intersetorialidade⁴⁵.

Tal situação tem se tornado cada vez mais recorrente nos espaços sócio-ocupacionais e, de acordo com Guerra (2014, p. 47) desencadeiam-se posturas voluntaristas e messiânicas⁴⁶ que historicamente nos têm levado à incorporação gradativa de funções genéricas, demandas inespecíficas, meras atividades que não cabem a nenhuma profissão, sob o argumento conformista do “*afinal, não custa nada*”.

⁴⁵ De acordo com Couto, Raichelis e Yazbek (2011, p. 39), a intersetorialidade deve expressar a articulação entre as políticas públicas, por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social ou especial e ao enfrentamento das desigualdades sociais identificadas nas distintas áreas. Supõe a implementação de programas e serviços integrados e a superação da fragmentação da atenção pública às necessidades sociais da população. Envolve a agregação de diferentes políticas sociais em torno de objetivos comuns e deve ser princípio orientador da construção das redes municipais.

⁴⁶ O debate sobre messianismo, abordado por Yamamoto (2013) refere-se à atribuição à profissão de Serviço Social como se esta desempenhasse um papel “heroico”, ou seja, como se pudesse resolver todas as problemáticas sociais.

A profissional C reitera as dificuldades arroladas pela profissional anterior, destacando o aumento das demandas, haja vista a inexistência de profissionais capacitados/as, fato este que tem recaído para o Serviço Social e, desta forma, inviabilizando o trabalho com as famílias do PAIF⁴⁷.

Na mesma perspectiva de análise, inquiremos as profissionais sobre a importância do trabalho desenvolvido pelas mesmas. Assim, destacaram:

Ah, é muito importante, né, porque tanto é pra minha sobrevivência hoje, que eu dependo desse serviço, desse salário que hoje eu utilizo, porque o salário o não é o que a gente tem dentro do nosso piso salarial, mas é nossa sobrevivência, e, principalmente, porque, é... a gente busca outras atividades, os profissionais, geralmente, porque você sabe, só isso aqui não dá pra você sobreviver, né, sustentar uma família, sempre fui arrimo de família, sempre trabalhei pra minha família [...] E é muito importante, porque hoje eu tô à frente aqui de um serviço que a gente pode dizer que é praticamente insalubre, é muito perigoso, né, tanto pras famílias que são alvo de violência, com seus direitos violados; como também, pra o nosso atendimento aqui, que muitas vezes a gente fica de mãos atada e não consegue dá essa resolutividade à família, mas a gente busca. É um desafio. A gente busca, sempre, nesses desafios que a gente tem com a realidade, e com o que é oferecido, o serviço oferece pra gente caminhar junto com as famílias (Assistente Social A);

Assim, eu acho que é não do meu como pessoa, lógico, né, mas do meu como assistente social é grande, né, é de uma importância grande. Porque se a gente olhar pra trás há pouco tempo quando eu, pelo menos eu passei pra fazer Serviço Social, a gente não tinha muito conhecimento do que era um assistente social, do que era um psicólogo, as políticas públicas, principalmente, no âmbito da Assistência eram totalmente distantes, dispersas, não tinham uma padronização de equipamentos, as pessoas não sabiam, né, a quem recorrer [...]. Assim, pensar o CRAS sem um assistente social é impensável, porque quando a gente lida com direitos a gente já tem em mente a figura do assistente social; e esse entendimento da população disso que eu tô colocando, ela vem também em decorrência da estruturação desse sistema. Então as pessoas já tem um olhar diferente, um entendimento melhor com relação à profissão (Assistente Social B);

Então, eu considero meu trabalho assim, é de suma importância, né, social, política, prática, porque a gente tá inserido, praticamente, todos os espaços seja na Saúde, na Educação, na Assistência e

⁴⁷ Segundo o MDS, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) tem suas raízes nos anos 2000. Esse serviço integra o nível de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo: “prevenir situações de risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”. Ou seja, atua de forma preventiva, protetiva e proativa, reconhecendo a importância de responder às necessidades humanas de forma integral, para além da atenção a situações emergenciais, centradas exclusivamente nas situações de risco social. Em 2009, com a aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, passou a ser denominado Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF.

requer demanda, é tanto que hoje a gente, assim, dentro da Assistência nós somos comparados, nós fazemos essa comparação com o médico na saúde, né, somos nós, não desmerecendo os outros profissionais, acho que cada um tem a sua importância dentro dos seus espaços, mas na Assistência Social, sobretudo ser um profissional do Serviço Social muitas coisas não aconteceriam de forma concreta, porque a gente tem um papel não só, inclusive, de fazer não só uma operacionalização, bater o carimbo no papel e de dizer que estamos doando uma cesta básica, não. Então, eu compreendo o trabalho do assistente social, do Serviço Social como um todo, ele é de suma importância pra que a gente, inclusive, que aí implica, inclusive, com o que a gente defende, porque têm profissionais “e” profissionais (Assistente Social C).

Para a assistente social A, a importância de seu trabalho é fundamental para a sua sobrevivência, sobretudo, de sua família. Ademais, ressalta tal importância para os/as usuários/as que recorrem ao serviço em que atua. Enfatiza, também, que, não obstante os desafios os quais lhe são postos, como, por exemplo, as condições precárias de trabalho, sempre busca caminhar com as famílias, a fim de dar resolutividade às demandas apresentadas.

O discurso da assistente social B aponta para o fato de, por muito tempo a profissão de Serviço Social ser incompreendida, no sentido de saber o que é, de fato, tal profissão. Para ela, é impensável conceber a política de Assistência Social sem a participação de assistentes sociais, haja vista que, com a inserção dos referidos profissionais, as políticas sociais ganharam um novo significado, em sua operacionalização. Nesse sentido, ressalta que quando se fala em direitos, logo vem à tona a figura dos/as assistentes sociais, tendo em vista o caráter de expropriação do sistema capitalista.

O sujeito da pesquisa C propaga a importância de seu trabalho, à medida que é possível encontrar a presença de assistentes sociais em todos os espaços sócio-ocupacionais, nas mais variadas políticas públicas. Destarte, a profissional faz uma analogia da importância de seu trabalho, utilizando a figura do médico na área da saúde, denotando, assim, uma importância vital ao trabalho do/a assistente social. Esclarece, ainda, que tal importância não é condicionada apenas aos aspectos burocráticos, “como bater o carimbo no papel” e viabilizar a doação de alguma cesta básica.

Diante das respostas ora apresentadas,

Apreender, pois, o sentido político-social do Serviço Social supõe ir além da máscara social através da qual essa prática se apresenta na superfície da vida social: como um mero conjunto de ações intermitentes, burocratizadas, dispersas, descontínuas, dotadas de um pseudocaráter filantrópico, marcadas pelo fornecimento dos chamados benefícios sociais, podendo ser realizadas por qualquer pessoa, independente de sua qualificação técnica e intelectual (IAMAMOTO, 2013, p. 142).

Na concepção da autora, o significado da prática do Serviço Social não pode redundar num conjunto de ações burocráticas, pragmáticas e desconexas dos determinantes sócio-institucionais. É preciso, sobretudo, apreendê-la em suas múltiplas dimensões, mediante as demandas em que são postas no exercício profissional.

Quando indagadas se as mesmas conheciam os elementos que compõem o PEPSS, e qual/is consideravam importantes, destacaram:

[...] Sim, conheço, né, porque eu já fiz, já dentro da orientação ético-política, a gente já iniciou, né, eu iniciei com a FAFIC, né, a FAFIC foi hoje, foi a primeira universidade, né, a ser instalada aqui, no sertão, e eu trabalhei com ela e com as demais, né, e a gente procura fazer essa ponte, né, e hoje uma [...] um elemento é dentro da questão da análise, né, do projeto que é muito necessária, né, a questão da materialização [...] (Assistente Social A);

[...] A questão da produção do conhecimento, né, do entendimento da sociedade, né, que sociedade nós queremos, né, pra nós e que projeto nós temos, né? a questão da ética, [...], acho que são alguns elementos que compõe o projeto ético-político [...] (Assistente Social B);

Bom, os elementos [...] tem aqueles, digamos, as matrizes teóricas, né, que é do conhecimento crítico da profissão, com base na teoria marxista que não faz com que a gente não beba de outras fontes, né desde que parafraseando com a perspectiva crítica, que é a questão do ecletismo, diferentemente do pluralismo metodológico. Então, tem esses [...]. Então, dentro do que você me perguntou eu considero as quatro bases que são as mais teóricas, que está ligada dentro das diretrizes curriculares, o código de ética, a lei que regulamenta a profissão e a lei de diretrizes e bases, acho que sem elas a gente não consegue construir o que é o perfil, essa autoimagem do profissional, que até autoimagem é um termo que José Paulo Netto usa muito [...] (Assistente Social C).

Com base nas considerações expostas, inferimos que a profissional A, a despeito de afirmar conhecer os elementos que compõem o PEPSS, evidencia total desconhecimento sobre os mesmos, haja vista sua resposta apontar para o fato de conceber tais elementos como se os mesmos fossem referentes ao projeto de

estágio supervisionado, mencionando o nome da primeira instituição a qual acompanhou estagiários/as.

Tal aspecto configura-se como passível de inúmeros questionamentos, vez que o fato de não compreender os elementos que compõem o PEPSS, pode implicar numa atuação profissional resvalada no imediatismo, na ausência de reflexões críticas sobre o movimento da realidade e, principalmente, no desconhecimento dos princípios éticos fundantes que regem o trabalho do/a assistente social.

Quanto à assistente social B, de forma sucinta, a mesma ressalta a dimensão da produção de conhecimento, a qual Braz e Barata (2009) destacam como elementos que dão materialidade ao PEPSS, e a importância da ética no exercício profissional. No que diz respeito à produção de conhecimento, Vasconcelos (2015) assevera que não só favorece a formação dos sujeitos profissionais, mas ilumina o cotidiano profissional, tornando-se estratégico e fundamental.

A profissional C chama atenção para o fato da relevância das matrizes teóricas, enfatizando a tradição marxista. Para ela, não obstante a importância de “beber dessa fonte”, não significa afirmar que não haja uma aproximação com outras matrizes teóricas. No entanto, tal aproximação não implicar resvalar no pluralismo metodológico⁴⁸. Afora isso, salienta o Código de Ética, as Diretrizes Curriculares e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Destarte, importante frisar que a referida profissional demonstrou total compreensão dos elementos constitutivos do PEPSS, e que isso contribuiu para uma atuação profissional comprometida com os valores fundantes do mesmo.

Seguindo a mesma rota analítica, perguntamos às profissionais sujeitos da pesquisa as estratégias utilizadas pelas mesmas à materialização do PEPSS. Vejamos suas reflexões:

Bem, geralmente eu busco, né, até mesmo dentro das universidades que buscam os serviços aqui, pra que a gente entre nesse projeto, né, e que envolva também pra que o serviço saia da mesmice, né, e venha dentro do novo, né, que a gente busca o novo. Geralmente eu peço, eu procuro dentro da orientação, da supervisão, até mesmo da universidade presente pra que a gente [...] não tem entraves pra

⁴⁸ Para Tonet (1997, p. 02), pluralismo metodológico às vezes é entendido como ecletismo, ou seja, a liberdade de tomar ideias de vários autores e articulá-las segundo a conveniência do pensador. Isto normalmente é feito sem o cuidado de verificar com rigor a compatibilidade das ideias e paradigmas diferentes, dando origem a uma colcha de retalhos, quando mais, inteligentemente tecida.

receber, principalmente, vocês estudantes aqui na instituição, não tem porque ter essa de esconder ou de inculcar, certo? Pra orientação de estagiários, mostrar a realidade do serviço, do que demanda, do que é assistido, do que é oferecido, entendeu? Sempre mostrar e buscar também pra vocês, essa questão da orientação consistente aos desafios que vocês poderão é [...] receber daqui pra frente. Mas, dentro da questão do projeto ético, é [...] vamos caminhar com ele pra que o serviço fique atualizado, pra que não permita essa questão do processo do antes, do durante e o depois pra ficar na mesmice, e a gente Assistente Social tem que caminhar com o novo projeto ético-político, né? (Assistente Social A);

[...] Acho que uma das estratégias é manter o discernimento, pensar que você não tá dentro do território, né, e não se deixar atuar por até influências pessoais, familiares. Eu acho que a partir do momento que você nivela o seu atendimento, em que eu coloco pra você que pra realizar o procedimento é preciso deste documento, você que não é nada meu, eu também preciso dizer para alguém que chega, né, até a aqui, e que tem um vínculo familiar ou pessoal comigo, que o documento pra fazer o procedimento também é esse. Então se eu consigo fazer isso, eu tô sendo, minimamente, ética, né. E eu sendo ética diante desse contexto eu acredito que, minimamente, a gente consegue materializar o projeto. Acho que a questão ética perpassa toda a questão ética do projeto, e diante dessa questão de atuar dentro dessas políticas focalizadas, eu acho que esse exemplo que lhe dei é um desafio enorme, inclusive, a gente tem que traçar estratégias profissionais, tanto eu, quanto a equipe pra muitas vezes a gente dar um atendimento com outro profissional, pra que a gente evite, né, esse contato. Não que a gente não atenda a pessoa, mais sendo uma estratégia dentro da instituição pra que a gente mantenha um nivelamento dessa atuação e dos padrões de atendimento [...]
(Assistente Social B);

Bom, estratégias, assim, a gente vive inconstâncias, sabe, pra construir, reconstruir, né, nunca pensando em destruir, né. Acho que a gente, eu tenho muito como princípio a questão da liberdade profissional, inclusive, dentro de um princípio ético da profissão e a gente faz malabares [...] Então, a gente cria de estratégias pra garantir direitos, sobretudo, assim, eu tenho muito isso: eu tô aqui, mas não tô pra fazer vontade de prefeito, nem de secretário, apesar que algumas vezes a gente tem que negociar, tem que mediar, mesmo, mas estamos aqui pra fazer valer o direito do outro, né, por mais que doe lá no prefeito, que doe lá no secretário, mas, é mais ou menos isso (Assistente Social C).

Em consonância com as respostas apresentadas, podemos identificar na fala da profissional A, o total desconhecimento do que seja o PESS e os elementos que o materializam. Suas análises circunscrevem à questão da supervisão do estágio supervisionado. Sinaliza, também, a necessidade de caminhar com um “novo” projeto ético-político, como se o mesmo fosse encontrado de forma palpável.

Nessa direção, tal resposta é completamente destituída de elementos que compreendam o PEPSS e sua materialização.

Noutra perspectiva, a fala da assistente social B enfatiza o discernimento como uma das estratégias profissionais utilizadas à materialização do PEPSS. Para ela, essas estratégias podem ser visualizadas a partir do momento em que as influências pessoais e profissionais não sejam preponderantes. Argumenta que, quando realiza um atendimento a um/a usuário/a e, por ventura, há necessidade de tal documento; e, da mesma forma, atende a um parente, esse atendimento deve se dar de forma igualitária, sem beneficiar a um/a em detrimento do outro/a. Ou seja, para ela, é preciso que haja um nivelamento de sua atuação e dos padrões de atendimento. Reitera, de igual modo, a importância da ética em sua práxis.

No discurso da profissional C, esta argumenta que a prática profissional é permeada por inconstâncias, e que é preciso construir e reconstruir novas mediações. Uma das estratégias relatadas pela mesma é a liberdade profissional e que, segundo ela, os/as assistentes sociais fazem “malabares”. Não obstante sua atuação ser subordinada pelos limites e correlações de forças institucionais, cria de estratégias para “garantir” direitos. Ademais, esboça a estratégia da negociação e da mediação⁴⁹ com vistas a “fazer” valer o direito do/a usuário.

Indagadas se as mesmas concordavam com a direção social defendida pelo PEPSS, ponderaram:

Não. Em partes, né. Eu acho assim, é uma coisa muito a ser discutida, a ouvir os serviços. Não é porque a gente terminou antes, que as instituições não tem que ser ouvida, né, e a universidade tem que caminhar com elas, tem que ouvir dentro da questão da rede, né. Tem que ter essa questão, tanto do profissional, como as universidades, e tem que ser discutida. Eu acho assim, tem que amadurecer mais, né, tem que amadurecer. Eu concordo em partes. E não gostaria também de adentrar, né, principalmente pela questão que hoje ainda existe muito, é [...] como é que eu posso dizer? discussão sobre a questão do presencial, né, como também dos cursos à distância, né. Existe muito isso, e eu não gosto de entrar muito nesse mérito, porque uma vez eu entrei e fui, é [...] mal interpretada (Assistente Social A);

⁴⁹ Pontes (2000) argumenta que a categoria mediação não pode ser entendida como a prática de mediar conflitos de natureza política, jurídica, familiar etc. No âmbito do Serviço Social, a mediação constitui-se como uma das categorias centrais da dialética, inscrita no contexto da ontologia do ser social marxista, e que possui uma dupla dimensão: ontológica (que pertence ao real) e reflexiva (que é elaborada pela razão).

Sim, com certeza, né! Quando a gente materializa e entende o nosso projeto, a gente compreende que esse seria, realmente, no meu ver e pensar seria a sociedade ideal, né. Mas longe disso, parece que, todos os dias, parece não, de fato, todos os dias a gente tem o agravamento da questão social, né, das violações de direito que são gritantes hoje nessa sociedade, e o reconhecimento dessa violação de direitos [...] (Assistente Social B);

Sim. Claro! Porque a direção social do projeto ético-político é, clara, o objetivo no sentido de que, a gente tá inserido dentro de um processo de classe, de luta de classe e que a gente tá a favor, né, dos trabalhadores, da classe trabalhadora. E que a gente precisa, sim, lutar por elas [...] a direção social do projeto ético-político, que é justamente fazer a transformação social de uma classe que é trabalhadora, porém, também, mediando uma situação da classe dominante, né, a questão do capital (Assistente Social C).

Consoante às respostas acima apresentadas, compreendemos que a profissional A prossegue com suas reflexões demonstrando total desconhecimento sobre o PEPSS. Seu discurso indica a ideia de que a mesma concebe as perguntas a ela feitas, como se o objeto de estudo em questão fosse à discussão sobre a supervisão de estágio supervisionado e, mais especificamente, aponta para a questão de discutir o ensino em Serviço Social presencial e à distância.

No caso da assistente social B, suas considerações expressam que a mesma concorda com a direção social defendida pelo PEPSS, qual seja: a construção de uma nova ordem societária sem dominação/exploração de classe, gênero e etnia. Entretanto, para ela, cotidianamente ocorre um agravamento das expressões da “questão social” e o aumento da violência, o que se subentende que tais fatores obliteram a direção social preconizada pelo PEPSS.

Em congruência com tal resposta, a profissional sujeito da pesquisa C também afirma sua concordância com a direção social defendida pelo PEPSS, argumentando que o Serviço Social se insere numa dimensão classista, ou seja, em favor da classe trabalhadora. Todavia, reitera que, em que pese à ideologia dominante é preciso sempre mediar.

Nesse sentido, Vasconcelos (2015, p. 192) enfatiza que:

Não há como esperar que o projeto do Serviço Social brasileiro se realize em sua plenitude. Isso porque, como projeto, está caucionado pela processualidade de sua realização e porque, na sociedade do capital, os assistentes sociais estão submetidos às requisições institucionais e, frente a interesses divergentes que traz a disputa por ideias e espaços dentro da própria profissão, não há como esperar que a categoria como um todo o escolha como referência.

Com base na reflexão da autora, o projeto profissional do Serviço Social não se apresenta como um projeto hegemônico, vez que às requisições e injunções da sociabilidade capitalista fazem com que muitos/as assistentes sociais não tomem tal projeto como referência. Isso evidencia que as relações de trabalho dos/as referidos/as profissionais são permeadas por correlações de forças, as quais expressam interesses distintos.

Quando inquiridas se a prática profissional do Serviço Social conseguia efetivar os direitos dos/as usuários/as, nas instituições pesquisadas, analisaram:

Sim. Com certeza! A gente busca dentro dos direito dele, principalmente. A gente não pode deixar nunca esse direito aquém, até mesmo porque lei é lei e a gente tem claro, que andar com elas, né. Então assim, se é um direito dele, de ser assistido a gente busca, e ele tem que ser muito acolhido, tem que sair com a resposta, tem que ser assistido. É um direito dele. É um direito do cidadão brasileiro ou cidadã brasileira [...] A gente busca fazer com que ele tenha esse direito, o direito do cidadão, da cidadã brasileira, pra que eles sejam assistidos a contento, e não saiam daqui sem a resposta devida, sem o encaminhamento devido, sem a resolutividade daquele caso da família. E a gente busca aqui, a gente briga, briga, claro, a briga pra o direito, né, do cidadão ou da cidadã brasileira, aqui no CREAS (Assistente Social A);

Consegue, minimante. Porque dentro da sociedade capitalista que a gente vive, não tem nenhuma instituição que garanta universalmente os direitos dos usuários. Com certeza, você como usuário, você pode chegar aqui e [...] lógico, alguma coisa da sua demanda vai ser efetivada, mas eu tenho certeza que outra parte, porque a gente tem uma interligação com outras políticas, né, e é preciso ter, porque o indivíduo ele não é feito de partes, ele é um todo. Então ele precisa de um todo pra ter as suas necessidades, né, mantidas. Só que, a gente sempre vai ter, vai ficar alguma coisa que não seja. Não vai ser universal. Você pode chegar até aqui e dizer: eu vim pra acessar a carteirinha do idoso, se você tiver dentro dos critérios de renda, se você já estiver cadastrado dentro do Cadastro Único, aí você tem o seu direito de ter a sua carteirinha, mas, se você não tiver dentro desses critérios eu posso até lhe dar uma orientação, no sentido de garantir outros direitos que não deixam de não garantir, o meu papel aqui é fundamental, né, até nessa orientação para acessar direitos, mas você não ficou sem acesso? Porque tem um corte de renda, que é muito injusto esses cortes de renda são rendas mínimas pra ter acesso a direitos [...] (Assistente Social B);

Sim. Eu acredito que esse é o nosso objetivo. Às vezes o não ele dói, em algumas situações, e aí eu me reporto, inclusive, a questão do Bolsa Família⁵⁰ que a gente vive numa angústia constante, né,

⁵⁰ O Programa Bolsa Família foi instituído pela Medida Provisória n. 132, de 20 de outubro de 2003, sob a égide do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), sendo regulamentado pelo decreto

desses desmontes, dessas averiguações, que às vezes não considera como negação de direitos porque tem uma legislação que determina que a *per capita* de até R\$ 170,00. Então, passou um real o próprio MDS- Ministério do Desenvolvimento Social⁵¹- grifos nossos bloqueia, só que assim, tem situações e situações, e é aí que a gente luta através das conferências, dos espaços de discussões, das capacitações em que a gente vai pra que se mude algumas coisas, por exemplo, inclusive a legislação que foi algo que a gente debateu na conferência, né, pra aumentar a *per capita*, pra poder garantir mais direitos, mas em suma, que, assim, a gente por ter essa compreensão falo até por mim, falo pela outra profissional que a gente, assim, faz todo o trabalho direcionado na perspectiva de garantia de direitos, né [...] Por vezes, né, a gente não vai assegurar que 100% são efetivados, porque depende de todo um contexto que, muitas vezes, não depende unicamente da gente, mas o que depende da gente, com certeza, assim, a gente luta e a gente persiste, porque tem alguns casos que é persistência mesmo, de tá lá brigando, de tá lá insistindo, de lá tentando mesmo pra poder ser efetivados (Assistente Social C).

Nas respostas apresentadas, entendemos que a assistente social A afirmou que em sua prática os direitos dos/as usuários/as são efetivados. Em suas análises, a referida profissional é categórica, ao afirmar que o/a usuário/a não pode ficar sem resolutividade para a sua demanda e, para tanto, há uma constante “briga” para que os direitos dos/as usuários/as sejam efetivados, haja vista que estes são cidadãos/ãs brasileiros/as e que precisam ser assistidos. Noutras palavras, o sentido da palavra “briga” destacado pela profissional, refere-se ao fato desta, na maioria das vezes, posicionar-se contra os limites institucionais, ainda que isso seja de encontro aos critérios estabelecidos pelos programas, mas, para ela, o que realmente importa é a efetivação dos direitos da população usuária.

Tal situação apresenta-se como tipicamente proveniente da contrarreforma do Estado e da ofensiva neoliberal, a qual, segundo Guerra (2013, p. 32) acaba:

n. 5.209, de 17 de setembro de 2004. A criação do Bolsa Família resultou da proposta do Governo Federal, em 2003, para unificação dos programas de transferência de renda, inicialmente restrita à unificação dos quatro programas federais: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale-Gás e Cartão-Alimentação, os chamados Programas Remanescentes.

⁵¹ Em setembro de 2016, com a publicação da Lei 13.341, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, criado em 2004 para tratar da superação da pobreza e da fome, foi transformado em Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). Com a medida provisória nº 782, de maio de 2017, o Órgão passa a ser nomeado como Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). O ministério mantém um sistema de proteção social como estratégia de combate à pobreza, em especial da pobreza extrema. O órgão coordena ainda o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dá suporte ao funcionamento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), faz a coordenação das ações intersetoriais de superação da pobreza extrema e é responsável pelo maior programa de transferência de renda condicionada do mundo, o Programa Bolsa Família.

Resultando no desemprego, na flexibilização e desmonte dos direitos sociais e das políticas públicas, na privatização e “assistencialização” das políticas e dos serviços sociais, e na responsabilização da sociedade civil pela implementação e financiamento de políticas sociais. Em face deste quadro, a postura de reconhecimento e afirmação dos direitos convertem-se em estratégia contemporânea e necessária.

As considerações da profissional B apontam que os direitos dos/as usuários/as são efetivados, minimamente. Ou seja, para ela, em decorrência da estrutura social vigente, seguido dos inúmeros critérios de elegibilidade corroboram para que nem todas as pessoas tenham seus direitos efetivados. De forma similar, a profissional C também afere que os direitos dos/as usuários/as são efetivados, mas não no seu sentido pleno, tendo em vista que os ditames institucionais, na maioria das vezes acabam tolhendo tais direitos. A guisa de exemplo relata às situações vivenciadas com os/as beneficiários/as do Programa Bolsa Família que, em virtude da renda estabelecida pelo programa, muitas famílias não o acessam.

Mediante as três entrevistas analisadas até aqui, inferimos que as mesmas demonstraram um relativo conhecimento sobre o PEPSS, bem como os elementos que o materializam. Todavia, uma das profissionais não demonstrou tal conhecimento sobre o referido objeto de estudo. Cabe-nos ressaltar que isso não é indicativo que a mesma não possua uma atuação profissional pautada na defesa dos interesses da classe trabalhadora, já que, a partir do momento em que relatou compromisso com o atendimento e a resolutividade das demandas apresentadas, implicitamente, trouxe à tona elementos que materializam o PEPSS.

Evidenciou-se, também, que o cenário contemporâneo é prenhe de desafios que permitam materializar o PEPSS, seja pelos efeitos do neoliberalismo e pela contrarreforma do Estado, os quais primam pela seletividade e focalização das políticas sociais; seja pela invasão do neoconservadorismo, implicando, assim, numa atuação ancorada pelo imediatismo, pela burocratização e pela ausência de uma leitura crítica e atenda da realidade, além de seus aspectos fenomênicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em discussão objetivou problematizar o processo de compreensão do projeto ético-político do Serviço Social, bem como as estratégias utilizadas para a sua materialização no âmbito da política de Assistência Social no município de Santa Cruz-PB.

Destarte, para a presente proposta investigativa referenciamos nossas análises a partir dos principais autoras/es do Serviço Social, recuperando a gênese da profissão no Brasil e o seu processo de institucionalização. Posteriormente, tecemos algumas reflexões sobre o processo de Renovação do Serviço Social no Brasil, com destaque para a sua última vertente- a Intenção de Ruptura.

Tal vertente propôs-se romper com a herança conservadora da profissão, e com as matrizes teóricas que fundamentavam este pensamento. É importante destacar que a Intenção de Ruptura foi responsável pela aproximação do Serviço Social com a tradição marxista, a despeito de esta aproximação ter sido permeada por equívocos e enviesamentos. Contudo, é inegável que a partir desta interlocução, a profissão passou a ser orientado por uma matriz teórica que apreendesse o real em suas múltiplas determinações. Com efeito, o marxismo configurou-se como o aporte teórico que conferiu à profissão ares de produção de conhecimento, tornando-se locus privilegiado da pesquisa.

Abordamos, também, o legado do Congresso da Virada para a profissão, o qual propiciou a denúncia contra o conservadorismo profissional, bem como a aproximação do Serviço Social com as lutas sindicais, em que pese o contexto de esgotamento da Ditadura Militar. Atestou-se, então, o protagonismo dos movimentos sociais e a redemocratização da sociedade brasileira. Como culminância das lutas empreendidas pela classe trabalhadora, a mesa de abertura do referido evento foi destituída dos principais representantes do capital, sendo substituída pelos representantes das lutas operárias.

Considerando o objetivo fulcral deste trabalho, contextualizamos o projeto ético-político profissional, traçando um percurso analítico que pudesse apreender como o mesmo constituiu-se. Nesse sentido, analisamos os seus elementos constitutivos, como o Código de Ética Profissional (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (8662/93) e as Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS. Tais

elementos oferecem balizas teóricas, jurídicas e políticas que permitem a efetivação do projeto profissional no cotidiano de trabalho dos/as assistentes sociais.

No tocante a pesquisa de campo realizada com três assistentes sociais que atuam junto à política de Assistência Social no município supracitado, foi-se evidenciado que as profissionais possuem um relativo conhecimento sobre o PEPSS, de modo que duas entrevistadas apresentaram um conhecimento crítico acerca do mesmo, revelando subsídios teórico-metodológicos que respaldassem suas reflexões.

Uma das entrevistadas, ao revés, não demonstrou conhecimento sobre o PEPSS, concebendo-o, assim, como se tratasse de um projeto referente ao estágio supervisionado, fato este corroborado em suas análises. Outro aspecto que merece ser aduzido é o fato desta profissional, em alguns momentos se reportar ao PEPSS como um projeto “pronto”, ou seja, como se o mesmo fosse encontrado de forma tangível.

Concernente aos desafios postos à materialização do PEPSS no cotidiano profissional, a partir das entrevistas, depreendeu-se que a estrutura macrossocietária tem colocado inúmeros desafios, sobretudo, decorrentes da política neoliberal e do processo de contrarreforma do Estado, ambos em voga no cenário contemporâneo. Tais fatores têm engendrado o caráter de focalização, seletividade e desmonte dos direitos sociais- reverberando, drasticamente, na operacionalização do trabalho dos/as assistentes sociais.

Os efeitos do neoliberalismo e da contrarreforma são processos totalmente aliados à manutenção do modo de produção capitalista, haja vista os mesmos desembocarem o aumento das expressões da “questão social” e, por conseguinte, na dificuldade de desempenhar um trabalho calcado nos interesses da classe trabalhadora.

Afora isso, a invasão neoconservadora ou pós-moderna interdita a atuação profissional crítica e propositiva, à medida que este ideário aposta na leitura superficial da realidade e, conseqüentemente, implica numa práxis profissional assentada no imediatismo, na subordinação completa aos ditames institucionais, acarretando uma prática seguida pelo pragmatismo⁵², no “fazer por fazer” e na impossibilidade de supressão da ordem vigente.

⁵² Guerra (2013, p. 42) destaca que o pragmatismo é responsável pelo profundo empirismo de que a profissão se nutre e por uma determinada maneira de conceber a relação teoria e prática. Nesta

Para Silva (2010), o desafio emergente consiste em apreender criticamente os processos sociais nestes complexos e empenhar-se nas mediações, articular o fomento à participação da sociedade civil na esfera pública municipal a fins de fortalecer os mecanismos de defesa dos princípios progressistas e democráticos. Contudo, conduzir o trabalho profissional nesta direção ético-política, não é uma condição natural, precisam ser criadas e articuladas às estratégias na realidade contraditória dos processos de trabalho em que se inserem.

Baseado nas incursões construídas no decorrer deste estudo, cumpre-nos ressaltar que a necessidade de problematizar e criar estratégias para a materialização do PEPSS não se afigura como uma “tarefa” fácil, mas, que requer a articulação das competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, acrescida a uma leitura crítica e propositiva da realidade. Assim, nosso objetivo não é esgotar o assunto tratado no decorrer deste trabalho, dado a sua amplitude e complexidade, mas, acreditamos contribuir e instigar o adensamento das discussões e fortalecimento da categoria profissional na operacionalização do seu projeto profissional.

abordagem, assim como no Serviço Social, há uma supervalorização da prática, identificada como pura experiência, dos hábitos e costumes que serão verdadeiros se bem-sucedidos e se servirem à solução imediata de problemas. O pragmatismo é também responsável pelo profundo desprezo que, em geral, alguns profissionais sentem por uma teoria crítica, não por qualquer saber, não pelo saber prático-instrumental, mas por aquele que efetivamente busca os fundamentos e, por isso, nem sempre se reverte em respostas imediatas.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Formação do Assistente Social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. **In: Revista Serviço Social e Sociedade** nº 79. Cortez, SP, 2004.

_____; DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em:
http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf.
 Acesso em: 28/12/2017.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, Maria do Socorro Reis. O significado do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais- CBAS-1979. **In: Serviço Social & Sociedade** Nº 100, Cortez: São Paulo, 2009.

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. -6. ed. –São Paulo: Cortez, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda; 1977.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. – 8 ed. –São Paulo, Cortez, 2010.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em cheque: Projeto Ético-Político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **In: Revista Inscrita**. N 10. Brasília: CFESS, 2007.

_____; BARATA, Joaquina. O projeto ético-político do Serviço Social. **In: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009.

_____; O III CBAS de 1979: a virada e o seu legado às novas gerações. **In: Serviço Social & Sociedade** Nº 100, Cortez: São Paulo, 2009.

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. **Incidências pós-modernas na produção de conhecimento em Serviço Social** (Tese de Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

_____; Neoconservadorismo pós-moderno da produção de conhecimento em Serviço Social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional. **In: Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço Social no Brasil**. Campinas, SP: Papel Social, 2013.

CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Disponível em:
http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf. Acesso em: 28/12/2018.

CISNE, Mirla. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?** uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

COSTA, Cibelly Michalane Oliveira dos Santos. **A prática profissional do Assistente Social: à luz da sua dimensão política.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, 2007.

COUTO, Berenice Rojas; RAICHELIS, Raquel; YAZBEK, Maria Carmelita. A Política de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. *In:* _____. [et al]. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. MONTÃO, Carlos. A (contra) reforma do Estado no regime de acumulação flexível (pós-1973). *In:* **Estado, classe e movimento social.** São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 5).

FRANÇA, Reginaldo Pereira J. **Os elementos do Projeto Ético Político Profissional e seu debate.** (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. *In:* **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: Cortez, n.91, 2007.

_____; Transformações societárias e Serviço Social: repercussões na cultura profissional. *In:* **Serviço Social brasileiro nos anos 2000:** cenários, pelezas e desafios. Recife. Ed. UFPE, 2014.

_____; Direitos Sociais e Sociedade de Classes: o discurso do Direito a Ter Direitos. *In:* **Ética e direitos:** ensaios críticos. 4. ed. –Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

_____; Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. *In:* **Katálysis.** Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 39-49, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** Capital financeiro, trabalho e questão social. -9. ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. -29. ed.- São Paulo, Cortez, CELATS, 2009.

_____; **Renovação e conservadorismo no Serviço Social.** Ensaios críticos. -12. ed. –São Paulo: Cortez, 2013.

_____; O Serviço Social na cena contemporânea. *In:* **Serviço Social: direitos e competências profissionais.** CFESS, Brasília, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica.** – 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____ ; **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração e interpretação de dados. – 7 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MAMEDE, Eliane Leite. **A direção ético-política da prática do Assistente Social:** Uma análise no âmbito hospitalar público à luz do Projeto Profissional. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal da Paraíba, 2009.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social:** identidade e alienação. -14. ed. –São Paulo: Cortez, 2009.

MARTINS, Omari Ludovico. **O Projeto ético-político do Serviço Social:** um processo de construção e direção social da vertente Intenção de Ruptura. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de S, DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Benefícios Eventuais.** Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/beneficios-assistenciais/beneficios-eventuais>. Acesso em: 02/01/2018.

_____ ; **Conheça o Programa Bolsa Família.** Disponível em: <https://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em: 02/01/2018.

MONTÃO, Carlos. **A natureza do Serviço Social:** um ensaio sobre a sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. -2 ed. -São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. Projeto Profissional e Projeto Societário. **In: Revista Inscrita.** N 12. Brasília: CFESS, 2009.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. -16 ed. –São Paulo: Cortez, 2011.

_____ ; Das Ameaças à Crise. **In: Revista Inscrita.** N 10. Brasília: CFESS, 2007.

_____ ; A construção do projeto ético político do Serviço Social frente à crise contemporânea. **In: Capacitação em Serviço Social e política social: módulo 1.** Brasília: CEAD, 1999.

_____ ; **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** -8ed. –São Paulo: Cortez, 2011.

_____ ; III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. **In: Serviço Social & Sociedade** N° 100, Cortez: São Paulo, 2009.

_____ ; Introdução ao método na teoria social. **In: Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. **In: Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais: Módulo 4: O Trabalho do assistente social e as políticas sociais** – CEAD, Brasília, 2000.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. Limites e possibilidades históricas do projeto ético-político. **In: Revista Inscrita**. N 12. Brasília: CFESS, 2009.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007 (Coleção questões da nossa época; v. 132).

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. -4. ed –São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social: Resistência e emancipação?**. 1ª ed. - São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Solange dos Santos. **O processo de materialização do projeto ético-político do Serviço Social no trabalho do Assistente Social**. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

TONET, Ivo. Pluralismo Metodológico: falso caminho. **In: Democracia ou Liberdade?** Maceió: EDUFAL, 1997.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2013.

SOUZA, Jamerson Murilo Anunciação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A/o Assistente Social na luta de classes: Projeto Profissional e Mediações Teórico-Práticas**. 1. ed. –São Paulo: Cortez, 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. **In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. ABEPSS, 2009.

APÊNDICES



Universidade Federal
de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

APÊNDICE A- ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

I- IDENTIFICAÇÃO

A) Sexo: () Feminino () Masculino

B) Idade: _____

C) Estado Civil: a)Solteira/a () b)Casada/o () c)Separada/o ()
d)Divorciada () e)Viúva/o () f) Outras/as ()

D) Tem filhos/as: a) Sim () b)Não ()

E) Religião: a)Católica () b)Evangélica () c)Afrodescendentes ()
d)Espírita () e) Outras () f) Nenhuma ()

F) Ano de formação: _____

G) Instituição em que concluiu a graduação em Serviço Social: _____

H) Pós-graduação: a) Sim () b)Não () Ano:_____

H1)Mestrado: () **H2)Especialização** () **H3)Doutorado** ()

Área:_____

I) Caso tenha feito pós-graduação, fez em que instituição?

J) Caso não tenha feito pós-graduação, você tem a intenção de realizá-la em algum momento? a) Sim () b)Não ()

J.1)Por qual motivo ainda não fez a pós-graduação?

K) Você tem alguma outra graduação? **a)** Sim () **b)** Não (). Caso tenha, em quê? _____

Quando concluiu essa graduação? _____

II-INFORMAÇÕES PROFISSIONAIS

A) Quando começou a trabalhar nesta instituição? _____

B) Carga horária de trabalho semanal: _____

C) Possui outro vínculo profissional? **a)** Sim () **b)** Não (). Qual? _____

C1) Há quanto tempo você atua nesse outro vínculo? _____

D) Caso tenha outro vínculo de trabalho, ele é na mesma cidade? **a)** Sim ()
b) Não ()

D.1) Nesse outro vínculo, você também atua como assistente social? **a)** Sim ()
b) Não (). Caso não, você desenvolve que função?

E) Você reside na mesma cidade em que trabalha? **a)** Sim () **b)** Não (). Caso não resida, você leva em média quanto tempo para chegar ao trabalho?
_____.

III DADOS REFERENTES AO OBJETO DE ESTUDO

A) Qual a sua compreensão sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS)?

B) Como se deu o seu contato/apreensão sobre o PEPSS?

C) Na sua concepção, a partir do exercício da prática profissional cotidiana, é possível operacionalizar o PEPSS? Por quê?

D) Destaque os maiores desafios postos ao exercício profissional do trabalho da assistente social nesta instituição?

E) Comente sobre a operacionalização do seu trabalho nesta instituição

F) Em sua opinião, qual a importância do seu trabalho?

G) Conhece os elementos que compõem o projeto ético-político do Serviço Social? Se sim, destaque algum elemento que considera importante.

H) Quais as estratégias utilizadas por você à materialização do projeto ético-político?

I) Você concorda com a direção social defendida pelo projeto ético-político? Justifique.

J) Para você, a prática profissional do Serviço Social nessa instituição consegue efetivar os direitos dos/as usuários/as?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(TCLE)**

Prezado (a) participante,

Sou estudante do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande. Estou realizando uma pesquisa intitulada “**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL EM DEBATE: desafios e perspectivas à sua materialização**”, sob a orientação da professora Palloma Maria Gomes Jácome, cujo objetivo é analisar o processo de compreensão do projeto profissional do Serviço Social e os principais desafios apresentados à sua materialização no cotidiano profissional, a partir das/os assistentes sociais inseridas/os no âmbito da política de Assistência Sociais, no município de Santa Cruz-PB.

Sua participação envolve um roteiro de entrevista semiestruturada, que será gravada, se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de quarenta minutos (40 min.). A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Não visualizamos nenhum risco à sua participação neste estudo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-la/o. Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente, você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador.

Atenciosamente,

Vinicius Rafael Lopes

E-mail: viniciusloppes@hotmail.com

Celular: (83)981526288

Matrícula: 314130103

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Participante

Santa Cruz, PB ____ de _____ de 20____.